

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA



EDITORA

UnB

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

**AMÉRICA LATINA:
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — presidente
José Walter Bautista Vidal
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau
Murilo Bastos da Cunha
Odilon Ribeiro Coutinho
Paulo Espírito Santo Saraiva
Ruy Mauro de Araújo Marini
Timothy Martin Mulholland
Vladimir Carvalho
Wilson Ferreira Hargreaves

Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”

Geralda Dias Aparecida
Ruy Mauro Marini
Vitor de Paes Leonardi

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

Pablo González Casanova (org.)

René Zavaleta Mercado

Antonio García

Agustín Cueva

Julio Cotler

D. F. Maza Zavala

Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)
Alberto de los Santos (Equador)

Este livro ou parte dele não pode
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário - Asa Norte
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

América Latina: história de médio século
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva
Patrícia Maria Silva de Assis
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo
González Casanova, org.; [colaboradores]
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	

I. PRIMEIRA CRISE DA ORDEM LIBERAL OLIGÁRQUICA
E “REVOLUÇÃO JULIANA”

Se na história política do Equador 1925 aparece como uma data chave, marcada pela revolução pequeno-burguesa de 9 de julho (“revolução juliana”), na história econômica não se pode deixar de olhar para 1921, ano em que se produz a primeira grande crise da ordem liberal-oligárquica, cuja vigência foi, na realidade, efêmera. A dita ordem, que no Equador é conhecida pelo nome de regime “plutocrático”, consolida-se unicamente em 1912, logo após o massacre de Eloy Alfaro e de seus lugar-tenentes na famosa “fogueira bárbara” de *El Ejido*, que reduz literalmente a cinzas os dirigentes máximos da ala jacobina da revolução liberal e transfere a hegemonia do processo ao bloco formado pela burguesia agromercantil de Guayaquil e seus sócios subordinados, aos latifundiários semifeudais da *Sierra*. Esse movimento de consolidação da burguesia de Guayaquil no plano político corresponde a um movimento correlativo de consolidação econômica, fácil de detectar na curva ascendente das exportações, que, de um valor de 5 milhões e meio, em 1895, ano da revolução liberal, se elevam ao dobro em 1910, para tornar a duplicar-se em 1920, com uma cifra recorde de mais de 20 milhões de dólares. Com isto se encerra um ciclo (1895-1920) durante o qual a burguesia local realizou exportações de um valor total de 308 milhões de dólares, soma esta que coincide exatamente com o montante dos investimentos norte-americanos na América Latina em 1897. Desta soma, mais de 70 por cento foi destinado a importações, de bens suntuários, na sua maior parte, tendo sido o resto dedicado à realização de algumas obras de modernização de Guayaquil, à ampliação da propriedade territorial rural e urbana daquela burguesia, à subvenção dos gastos dos barões do cacau residentes em Paris e a uma atividade nitidamente usuária que tem sua expressão mais acabada nos empréstimos do Banco Comercial e Agrícola ao estado equatoriano.

Até o último dia do ano de 1924, a dívida interna do Equador ascendia a 39.834.541,70 de sucres. Desta soma, cerca de 37 milhões correspondiam somente aos bancos. Mas havia um destes, acima de todos, que, devido a ser o maior e mais poderoso emitente de valores negociáveis, era, ao mesmo tempo, o maior e mais poderoso credor do governo: o Banco Comercial e Agrícola de Guayaquil. Até meados de 1924, isto é, ao encerrar-se a presidência de José Luis Tamayo, esta instituição de crédito registrava, contra o fisco equatoriano, a soma de 21.772.253,27 de sucres. Isto, por certo, não quer dizer que to-

dos esses milhões tinham sido recebidos, em moeda corrente, pelo governo, em benefício da administração. Eram juros compostos — direta e implacavelmente capitalizados, a 30 de junho e a 31 de dezembro de cada ano — o que, de maneira principal, havia engrossado fabulosamente a dívida; porquanto o verdadeiro montante de empréstimos concedidos pelo Banco Comercial e Agrícola, em diferentes épocas de crise do erário público, ascendia somente a pouco mais de 10 milhões de sucses¹.

Até este momento de sua história, e mesmo depois, a economia equatoriana não é, a rigor, uma economia de “enclave”, na medida em que as plantações cacauceiras, principal fonte das exportações, pertencem a proprietários nacionais. Os próprios investimentos estrangeiros, no Equador, são de pouca monta: em 1913, os de origem inglesa representam 0,29 por cento do total de investimentos dessa nacionalidade na América Latina e, em 1914, os de origem estadunidense equivalem a 0,59 por cento do respectivo total na área latino-americana. A economia equatoriana, entretanto, possui já um acentuado caráter *semicolonial*, posto que se desenvolve na órbita da divisão capitalista-imperialista do trabalho; e internamente não superou ainda sua condição semi-feudal, não somente na *Sierra*, onde todo o sistema das fazendas articula-se em torno da exploração dos servos indígenas, mas inclusive no litoral, onde as próprias plantações cacauceiras mantêm um nível técnico extremamente rudimentar que distam muito de ser puramente capitalista.

Nessas condições, o mercado se encontra reduzido a sua expressão mínima e o excedente econômico extraído dos trabalhadores tende a esbanjar-se na esfera do consumo suntuário ou a direcionar-se para atividades improdutivas, como as que vimos anteriormente. Em todo caso, a industrialização do país está fora do horizonte histórico de então, a não ser em certas atividades da economia agroexportadora (pequenas fábricas de elaboração de chocolate, plantas piladoras de café, etc.). A produção têxtil desenvolve-se lentamente, sobretudo na *Sierra*, mas sobretudo como prolongamento tardio de manufaturas coloniais, mais do que como uma verdadeira indústria moderna. A própria burguesia de Guayaquil, que juntamente com a atividade de exportação controla a de importação, encarrega-se, além do mais, de impor claras limitações a esse incipiente desenvolvimento.

Poderosa em termos da atrasada formação social a que pertence, a burguesia agromercantil de Guayaquil é, todavia, um gigante com pés de barro, que não tardará em desagregar-se debaixo do peso das contradições estruturais inerentes às suas próprias modalidades de crescimento.

Em meados de 1920, iniciou-se nos Estados Unidos da América do Norte a deflação pós-guerra de caráter internacional... No mercado de Nova Iorque, o preço do cacau baixou de um máximo de 26 3/4 centavos de dólar por libra,

1. Óscar Efrén Reyes, *Los últimos siete años*, Quito. Talleres Gráficos Nacionales, 1933, pp. 31-32.

em março de 1920, para 12 centavos, em dezembro desse ano, e para um mínimo de 5 3/4 centavos em 1921. Os efeitos foram desastrosos para o Equador, tanto porque nos 20 anos transcorridos entre 1900 e 1920 o valor declarado, *FOR* Guayaquil, flutuou entre 65 e 75 por cento do valor FOB do total das nossas exportações, quanto porque as “pestes” haviam começado a reduzir muito consideravelmente a produção de cacau².

Pois bem, se a primeira causa do desastre manifestou a fragilidade de uma economia estruturalmente semicolonial como a equatoriana, a segunda causa distou muito de ser uma mera calamidade natural: as “pestes” arrasaram grande parte das plantações cacauceiras, porque as relações sociais de produção ali vigentes — baseadas em uma espécie de parceria que de fato mantém o predomínio de técnicas arcaicas de cultivo — impediam um rápido controle das ditas “pestes”³. Em um desses curto-circuitos típicos do subdesenvolvimento, a economia equatoriana se desmoronava, vítima, por um lado, de sua inserção na divisão capitalista imperialista do trabalho e, por outro lado, de sua imersão na matriz pré-capitalista de sua própria formação social.

O fato é que as exportações, que, como já se disse, tinham superado os 20 milhões de dólares em 1920, reduziram-se a um valor apenas superior a 9 milhões em 1921, recuperando-se um pouco em 1922 (10 e meio milhões), para tornar a cair verticalmente no ano seguinte (7 e meio milhões). Em suma, uma diminuição da ordem de 60 por cento em somente três anos.

Possuidora do poder político, a burguesia agroexportadora intentou então ressarcir-se das perdas transferindo-as para os setores populares. A moeda nacional foi rapidamente desvalorizada, com o que os preços internos se elevaram de maneira vertiginosa, sobretudo em Guayaquil, onde inclusive a farinha e a manteiga provinham do exterior. As massas começaram a sentir a miséria com mais rigor do que nunca e a reclamar um reajuste de salário que pelo menos compensasse a queda brusca de seu poder aquisitivo. A primeira manifestação orgânica de protesto foi a dos ferroviários de Durán, em dezembro de 1921; seguiram-se logo as reclamações dos trabalhadores da empresa elétrica de Guayaquil e dos ferroviários da mesma cidade. Insuficiente para gerar uma classe operária industrial, o desenvolvimento oligárquico do capitalismo equatoriano havia criado, entretanto, núcleos proletários ligados aos serviços modernos do porto principal, que agora faziam sentir, pela primeira vez, a sua presença como classe no cenário nacional. A isto se somou, no crítico contexto de 1922, a ação combativa de muitas agremiações semi-artesaniais, articuladas com aqueles núcleos através da Confederação Operária de Guayas. As mani-

2. Luis Alberto Carbo, *Historia Monetaria y Cambiaria del Ecuador*, Quito, Imp. del Banco Central, 1953, p. 104.

3. Cf., a esse respeito, CIDA, *Tenencia de la tierra y desarrollo socioeconómico del sector agrícola: Ecuador*, Washington. Unión Panamericana, 1965, p. 410.

festações de protesto aumentaram; “pareceu” — diz o historiador Oscar Efrén Reyes — “que Guayaquil inteiro não se compusera senão de massas proletárias”⁴. Sobreveio o 15 de novembro de 1922, a greve geral decretada pela confederação, que teve trágico desenlace.

“Os batalhões vieram para as ruas. As massas foram cercadas e os soldados realizaram uma espantosa carnificina nas ruas, praças, e dentro de casas e armazéns... Logo, à noite, caminhões e carretas numerosos dedicaram-se a recolher os cadáveres e a arremessá-los em cursos d’água⁵.

As “cruzes sobre a água” assinalavam agora a carreira descendente do regime surgido da “fogueira bárbara”. Incapaz de oferecer sequer paliativos à crise, a ordem liberal oligárquica continuou reprimindo a sangue e fogo as manifestações de rebeldia que se seguiram: em 1923, foram massacrados os camponeses da fazenda Leyto e sufocadas pela força as insurreições indígenas de Sinicay, Jadán, Pichibuela e Urcuqui. Mas isto não impediu que a situação fosse deteriorando-se cada vez mais e que o mal-estar para com a “plutocracia” se alastrasse a vastos setores das camadas médias, também afetadas pela crise. No próprio exército, a oficialidade jovem começou a experimentar indisposição contra esta espécie de crosta oligárquica que o sistema viera gerando para garantir a sua sobrevivência. Como diz um texto daquela época:

“Continua o velho costume: por sobre o oficial preparado, entroniza-se o militar político. Há chefes que não conhecem outra coisa senão intrigas de política. Os jovens que iniciaram científica e honradamente a carreira encontram quase impossíveis as promoções; pois são influenciáveis e conquistáveis, antes de tudo, pela aventura política ou pela preeminência social de fortuna”⁶.

A ordem liberal oligárquica havia acumulado demasiadas contradições em todos os níveis, para que pudesse prolongar-se por mais tempo. Deteriorada como estava (essa ordem), a oficialidade progressista não teve maior dificuldade em derrubá-la em 9 de julho de 1925, de maneira incruenta. Num indício ainda que somente retórico dos novos tempos, os protagonistas da transformação “juliana” declararam, de imediato, que a sua revolução visava “à igualdade de todos e à proteção do homem proletário”.

Tratava-se, na realidade, de um movimento de caráter antioligárquico, dirigido, em primeira instância, contra o Banco Comercial e Agrícola, instituição que não somente dominava as finanças nacionais, mas que também se permitia o luxo de designar desde o presidente da República até os ministros e subsecretários. A luta contra esta coluna vertebral da burguesia distou muito, no entanto, de ser radical, limitando-se a estabelecer certos controles insuficientes

4. Breve historia general del Ecuador, t. II-III, 6ª ed., Quito, Ed., Fray Jodoco Ricke, 1960, p. 727.

5. Reyes, *ibid.*, p. 729.

6. Citado por Reyes em *Los últimos siete años*, pp. 48-49.

para colocar na vereda os poderosos banqueiros de Guayaquil. A reação destes não se fez esperar, com as conseqüências econômicas previsíveis:

Os ataques ao Banco Comercial e Agrícola, o temor de que se produzisse uma quebra bancária, a imaturidade em que se vivia pelas apressadas reformas jurídicas, fizeram com que se escondesse o dinheiro e que o país sofresse uma séria crise de escassez do meio circulante. O governo não teve com que pagar as vantagens pecuniárias nem sequer aos próprios militares⁷.

Em vez de proceder à estatização da rede bancária privada, os militares preferiram ceder ante a chantagem desta e até mesmo solicitaram ao Banco Comercial e Agrícola um empréstimo de duzentos mil sucres. E, “para aliviar a situação, editou-se, no mês de setembro, um decreto de reforma da lei dos bancos, pelo qual se lhes autorizava menor percentagem de respaldo legal para suas emissões de valores monetários”⁸. Com isto, a sorte da “revolução” estava lançada e a face contraditória do reformismo era evidente. Opostos ao poder omnímido da “plutocracia”, mas incapazes de conceber um profundo projeto de transformação, os protagonistas do processo “juliano” estavam condenados não somente a seguir uma linha zigzagueante frente à oligarquia, mas até mesmo a expressar sua “proteção ao homem proletário” com medidas tão ilusórias que nem sequer merecem o qualificativo de “populistas”:

“Proibição da briga de galos, lei seca em Guayaquil perseguição às tristes mulheres “alegres” do Bairro Verde do porto, Ligas de Saúde Pública que muito pouco puderam fazer, proibição de entrar sem sapatos nos mercados, edifícios públicos, escolas, parques, teatros, porém nenhuma reforma capaz de proporcionar ao desvalido os meios para comprar a vestidura de seus pés⁹.

Em meio a esse cúmulo de vacilações e ingenuidades, o governo seguia empenhado, no entanto, em levar adiante uma série de reformas tendentes à modernização do estado equatoriano. Mas mesmo este projeto emaranhou-se, temporariamente, no problema do *regionalismo*, explorado com habilidade pela burguesia litorânea, a qual, graças a uma intensa campanha através da imprensa, conseguiu fazer com que as reformas propostas pelo governo aparecessem como um ataque à cidade de Guayaquil, de cuja riqueza, segundo se diz, queriam aproveitar-se “os serranos”, recorrendo ao subterfúgio de reforçar o poder central.

E sucedeu que, para dizer a verdade, as coisas se apresentaram, desde o começo, com certa ambigüidade. A força social que impulsionava o projeto reformista era, sem dúvida, de origem pequeno-burguesa; contudo, isto mes-

7. Alfredo Pareja Diezcanseco, *Historia del Ecuador*, t. I, 2ª ed., Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1958, p. 382.

8. Pareja, *ibid.*, p. 383.

9. Pareja, *op. cit.*, p. 383.

mo a impedia de manejar o estado com uma perspectiva de classe totalmente autônoma e de enfrentar com êxito, por si só, a poderosa burguesia agromercantil de Guayaquil. Intuindo a sua debilidade, os militares “julianos” chamaram a colaborar com eles alguns civis inequivocamente identificados com a oligarquia serrana, a qual, por certo, não via totalmente mal esta oportunidade de ajustar contas com sua rival da costa. Estabelecido este pacto conjuntural, as medidas já não apareciam dirigidas contra a oligarquia do país, em seu conjunto, porém exclusivamente contra o grupo de Guayaquil, que era, naturalmente, o mais poderoso. O escritor Alfredo Vera chega a afirmar que:

“Com a derrota dos banqueiros de Guayaquil, o centro da economia financeira trasladou-se para a capital. O comércio bancário de Quito, ligado à plantação de gamões, adquiriu alguma força e, com seu amparo, assumiram notável desenvolvimento o comércio importador da capital e algumas pequenas indústrias, principalmente a têxtil”¹⁰.

O que só em parte é verdadeiro. Não acreditamos que este momento histórico haja significado um efetivo traslado de hegemonia do grupo oligárquico costeiro para o serrano, mas que se tratou de uma situação conjuntural extremamente complexa, na qual, sob o amparo de uma precária correlação de forças, recuperou algum peso político a fração oligárquica da serra. Este fato foi, todavia, suficientemente decisivo para impor nítidos limites à ação do governo reformista, que nem sequer se atreveu a pôr no tapete da discussão política a questão agrária andina.

E o panorama complicou-se ainda mais quando a pequena burguesia da costa, que dependia, antes de mais nada, do comércio, manifestou a sua oposição a que fosse drasticamente controlada a atividade bancária, por temor de uma depressão que paralisasse os seus negócios; ao passo que a classe média serrana, com claros objetivos burocráticos, pressionava em favor de um robustecimento do aparelho estatal. Nas próprias fileiras do exército, os ideais iniciais não tardaram a esmorecer. O sargento-mor Ildefonso Mendoza, símbolo da ala mais radicalizada e popular do movimento, foi destituído do seu cargo, quando, à frente de um batalhão inteiro, intentou opor-se às promoções que a oficialidade acabava de outorgar-se. Era evidente que as camadas médias concebiam a sua “revolução”, antes de tudo, como um “ato de justiça” para com elas próprias, e não somente na esfera militar. Até mesmo antes da transformação “juliana”, os empregos haviam escasseado, mas agora “foram criados cargos sem função, ou com funções subdivididas, para muita gente. Foram triplicadas ou quadruplicadas as vantagens pecuniárias da alta burocracia. E, ante o odor de tão rico orçamento, até mesmo muitos opositores da

10. *Anhelo y pasión de la democracia ecuatoriana*, Guayaquil, Omp. de la Universidad, 1948, p. 64.

véspera não demoraram a acomodar-se à situação, em busca dos cargos na nova rede bancária, nos novos organismos administrativos e na diplomacia”¹¹.

E aconteceu que, a partir de 1926, concretamente, a “revolução” havia conseguido consolidar-se como simples movimento modernizador do estado equatoriano. Nesta perspectiva, foram suprimidos os chamados “estanques” particulares (monopólios locais ou regionais), centralizaram-se as rendas públicas, foram criados o Banco Central e a Superintendência de Bancos. A Assembléia de 1929 assentou, outrossim, alguns princípios progressistas para aquela época, como o da função social da propriedade e a representação das minorias políticas; estabeleceu o *habeas corpus* e reconheceu direitos para os filhos ilegítimos. Neste período foi instituída, também, a Caixa de Pensões para servidores públicos, baixou-se uma legislação trabalhista sobre contratos, jornada máxima, ação despejo, trabalho de menores e mulheres e foram criadas as Inspetorias de Trabalho, medidas essas que, de algum modo, beneficiaram pelo menos os operários de setores mais modernos da economia nacional, que, na realidade, não eram muitos.

Mas nada disto implicou uma mudança estrutural de envergadura, que substancialmente modificasse a condição das grandes massas populares. No mesmo ano de 1929, isto é, ao tempo em que se expedia uma constituição de princípios progressistas, o governo não vacilava em reprimir sangrentamente os levantes indígenas de Columbe e Colta. A modernização do estado equatoriano, como se vê, tinha limites de classe sumamente claros.

A consolidação da “revolução juliana” correspondeu, outrossim, a um período de convalescença conjuntural da economia equatoriana, que as camadas médias parecem recordar inclusive com saudade. Óscar Efrén Reyes afirma que: “... o dinheiro começou a circular em grande escala. E percebeu-se, principalmente nas classes médias, alguma sensação de bem-estar. Aumentou o volume de compras e de pedidos. E os importadores duplicaram as suas encomendas de sedas, cristais, champanhas ... automóveis, vitrolas e mobiliários de metal e demais artefatos que contribuem para embelezar a vida equatoriana ...”¹².

Eis um dado provavelmente ajustado à realidade, se se tem conta que, em 1929, por exemplo, a balança comercial do Equador registrou o déficit mais elevado da sua história, com um saldo desfavorável de mais de quatro milhões de dólares, apesar de as exportações terem se recuperado a partir de 1925, estabilizando-se em uma cifra média anual em torno de 14 milhões de dólares. Tal era justamente a base desta efêmera “prosperidade”, que, por sua vez, constituía a base sobre a qual se assentava o precário equilíbrio de forças que tornou viável a faceta modernizante do reformismo “juliano” e até esse “embelezamento” da vida equatoriana que não demorou a dissipar-se, como alegria

11. Reyes, *Breve historia* ... p. 749.

12. *Los últimos siete años*, p. 179.

de pobre, assim que se fizeram sentir no país os efeitos da grande depressão do capitalismo mundial.

II. O IMPACTO DA GRANDE DEPRESSÃO

Com efeito, a crise mundial desencadeada em 1929 produziu conseqüências catastróficas no Equador. Tanto o decréscimo da demanda internacional de produtos agrícolas como a deterioração dos seus preços determinou que o valor das exportações diminuísse de uma magnitude próxima de 15 milhões de dólares em 1928, até a uma cifra apenas superior a quatro milhões em 1933; isto, por sua vez, determinou uma brusca diminuição do meio circulante — 60 por cento do qual provinha das ditas exportações — e uma quase total paralisação dos negócios do país. Em 1931, alguns bancos se viram obrigados a fechar as portas, as reservas de ouro diminuíram em 60 por cento e o estado teve de diminuir drasticamente o seu orçamento. Só a partir de 1934 a situação começou a apresentar certos sintomas de convalescença, graças ao ligeiro recomeço das exportações; mas ainda assim a débil economia do Equador continuou sofrendo duramente os efeitos do colapso.

Tais efeitos não foram, naturalmente, homogêneos em todo o corpo social, mas diferenciados de acordo com os distintos níveis estruturais da formação equatoriana e da sua complexa constelação de classes.

Composta de proprietários de plantações e comerciantes exportadores, era inevitável, em primeiro lugar, que a burguesia da costa sofresse o impacto da crise de maneira muito mais imediata e direta do que o outro setor da classe dominante, articulado em torno dos latifundiários semifeudais da serra, cuja produção se destinava, quase por inteiro, ao consumo interno. Mas estes dois setores não constituíam compartimentos estanques, porém achavam-se inseridos em uma mesma formação econômico-social, competindo no seio de um mesmo mercado nacional e disputando entre si, agora com mais ardor que nunca, o domínio de um só e único estado. A própria crise havia feito desse último assunto um problema crucial, na medida em que o controle direto do aparato estatal permitia a implantação de determinadas políticas que cada um dos contendores considerava vitais para a sua sobrevivência. A burguesia agroexportadora, por exemplo, clamou desde o começo por uma desvalorização monetária que lhe permitisse transferir o custo da crise a outros setores; medida essa a que, naturalmente, se opuseram os latifundiários serranos, cuja produção ficaria, nesse caso, exposta a preços reais mais baixos, sem sequer a possibilidade de ressarcir-se deprimindo drasticamente o valor da força de trabalho, devido à vigência de relações ainda feudais de produção da maior parte do agrosserrano.

Mesmo depois de obtida tal desvalorização em 1932, em decorrência da derrota armada das hostes latifundiárias a que posteriormente nos referiremos,

a burguesia agroexportadora teve de fazer frente ao problema de achar um mercado, ainda que fosse apenas interno, para a sua produção. A este respeito é interessante notar como um dos mais conspícuos do referido setor, Víctor Emilio Estrada, em um informe preparado para o presidente Velasco Ibarra em 1934, reclama em tom quase patético um aumento dos salários, com o fim de criar uma maior demanda interna de produtos agrícolas, que compensasse pelo menos em parte a retratação do mercado internacional¹³. De qualquer maneira, a queda dos preços dos produtos tradicionais de exportação no próprio mercado interno é notavelmente maior que a que também experimentavam os produtos agrícolas de consumo tradicionalmente doméstico.

A burguesia agroexportadora pressionava, além disso, em prol da diminuição dos gravames fiscais sobre as exportações, os quais, nessa ocasião, se elevavam a cerca da terça parte do valor destas; tal pretensão dificilmente podia satisfazer ao estado, sob pena de aguçar ainda mais a tensão com os setores que direta ou indiretamente dependiam do orçamento estatal e que, de todos os modos, foram duramente afetados pela crise. Na contenda travada nesse nível era preciso contar, outrossim, com a presença de um terceiro ator, não desprovido de importância: as camadas médias.

Se, como proprietária de plantações e detentora do comércio exportador, a burguesia da costa foi a mais afetada, coisa igual lhe aconteceu em sua qualidade de comerciante importador; a princípio, porque a depressão determinou o brusco retraimento do comércio interno, quanto aos artigos importados; depois, porque a própria desvalorização da moeda nacional converteu-se em mecanismo protetor dos produtos elaborados no país. O próprio Estrada afirma, em outro dos seus informes, que há aqueles que “descobriram que a imoderada elevação do câmbio atua como elemento protetor, e protetor em máximo grau, para elevar os preços da produção interna, permitindo que eles se regulem não pelo preço de custo acrescido com uma utilidade proporcional”, mas “pela enorme elevação que o similar estrangeiro tem no mercado, por causa do tipo de câmbio encarecer-se”. “Eu fui, e continuarei sendo” — acrescenta ele —, “um partidário do protecionismo, porém não poderei jamais ser partidário do extorsionismo”¹⁴.

A quase totalidade dessa produção “protegida” provinha, naturalmente, das instalações fabris pertencentes à aristocracia serrana, a qual, na indústria têxtil, por exemplo, possuía mais de 90 por cento do total do investimento nacional registrado em 1934. Por isso, em um artigo daquela época, chega a ser afirmado que: “O governo negou aos produtores (*sic*) da costa o direito de im-

13. Víctor Emilio Estrada, *El problema económico del Ecuador en 1934*, Guayaquil, Ecuador, Litografía La Reforma, 1934, p. 2.

14. Exposição apresentada pelo ministro da Fazenda, senhor V.M. Estrada, perante a honorável Câmara de Deputados, versão taquigráfica da sessão de 17 de setembro de 1934.

portar produtos similares aos da indústria do interior, a preços inferiores (farinhas, tecidos de algodão, etc.), obrigando-os a consumir os da serra e dando, outrossim, aos produtores e industriais do interior enorme proteção aduaneira e concedendo-lhes, com grande facilidade, divisas estrangeiras ao tipo de câmbio oficial”¹⁵.

Naquele período, fala-se, inclusive, do “desenvolvimento elogiável” de certas indústrias, porém a expressão deve ser enquadrada nas suas justas proporções. O investimento total na indústria têxtil, por exemplo, a qual era a mais “florescente” do país, nem sequer chegava aos dois e meio milhões de dólares em 1934. Mas isto é apenas um dado lateral; o importante está em que tal indústria não podia ultrapassar os estreitos limites de certa “substituição de importações”, posto que uma ampliação do mercado interno teria requerido necessariamente uma transformação radical das relações feudais de produção imperantes no agro-serrano, transformação essa que mal podia impulsionar esses “industrialistas nacionais”, que outra coisa não eram senão uma franja da aristocracia latifundiária (a maior parte das “indústrias” da época encontrava-se, inclusive fisicamente, incrustada nas fazendas). O problema de nosso desenvolvimento era, portanto, o de um círculo vicioso, que só podia ser rompido mediante um processo revolucionário (ainda que fosse apenas de caráter democrático-burguês), mas para o qual as condições subjetivas não pareciam ter amadurecido ainda, apesar de que a crise exacerbou as contradições de toda ordem.

Com efeito, até agora pudemos examinar o conflito em nível “alto”, isto é, no âmago das classes dominantes; mas é óbvio que verdadeiramente açoitadas pela crise foram as classes subordinadas, apesar de que também entre elas os efeitos foram heterogêneos.

O grupo mais direta e imediatamente afetado foi, como é de se supor, o constituído pelos trabalhadores agrícolas da costa, cujo salário sofreu uma perda de valor que oscilou entre 20 e 40 por cento, produzindo-se, outrossim, nas suas fileiras um elevado índice de desocupação. Contudo, nem essa desocupação nem a brusca compressão dos salários ocasionaram tensões de magnitude no agro, porém motivaram um êxodo em massa para Guayaquil, que, entre 1929 e 1934, viu crescer a sua população em um ritmo anual superior a cinco por cento. De sorte que, por último, o feito social mais importante, neste nível, foi a formação de um núcleo importante de subproletariado, basicamente constituído pelos emigrados do campo, mas também, uma proporação nada desprezível, pelos setores populares urbanos que a crise lançou na desocupação.

Os camponeses da serra foram menos afetados, não só porque a agricultura de consumo doméstico sofreu menos que a de exportação, mas também por-

15. Hernán Escudero M., “Control de cambios”, na *Revista de Derecho y Ciencias Sociales*, Universidade Central do Equador, julho de 1933, p.210.

que o sistema predominante de remuneração, em recursos naturais e em espécies, os protegeu, em boa medida, das flutuações do mercado. No entanto, não parece ousado afirmar (sobretudo tendo-se em conta os sangrentos acontecimentos de 1932), que uma parte desses camponeses caiu também na desocupação e teve de emigrar para a cidade de Quito. Não obstante a sobrevivência tão marcada de relações feudais de produção no agro/serrano, na época que estamos analisando o capitalismo começava a implantar-se lentamente e do alto (“via junker”, se o quisermos) em certas áreas onde os latifundiários já contratavam diaristas agrícolas ocasional ou temporariamente; nas zonas ao redor de Quito, em especial, existia já um semiproletariado rural que a crise lançou na desocupação.

No que diz respeito ao proletariado dos setores mais modernos do país, isto é, da indústria e dos serviços públicos, não sofreu ele de imediato nem tão duramente as conseqüências da depressão; o seu salário verdadeiro começou a descer, mais exatamente, a partir de 1934, aos produzir-se uma elevação notável do custo da vida. Em troca, a pequena burguesia — comerciantes menores, artesãos e profissionais independentes — sentiu rapidamente os efeitos da generalizada retração dos negócios do país.

III. A LONGA CRISE DE HEGEMONIA

A depressão econômica produziu, pois, uma exacerbação de todas as contradições sociais, que se traduziu por uma crise de hegemonia de vastas proporções. Por isso, na década de 30, sucederam-se no mando nada menos que 17 governantes, e num só ano, o de 1932, desfilaram pelo palácio presidencial cinco mandatários e o Equador sofreu uma cruenta guerra civil.

O primeiro grande efeito político da crise produziu-se, realmente, em 1931 com a derrubada do governo de Isidro Ayora, cuja queda marcou o fim do regime emanado da revolução de julho de 1925. E aconteceu que a crise não tardou a minar as bases econômicas deste regime, que finalmente se havia consolidado a expensas da burguesia de Guayaquil, isto é, graças a controles e graves impostos à atividade agroexportadora e comercial-financeira em geral. Reprimidas estas atividades, rachou-se também o ponto de apoio político mais firme do movimento “juliano”, constituído por essas camadas médias cujas demandas e aspirações tornava-se impossível satisfazer na conjuntura de então. Bastaram, portanto, umas quantas manifestações estudantis e populares, para que a situação do governo de Ayora se tornasse insustentável, razão pela qual os próprios militares decidiram derrubá-lo em agosto de 1931.

Fato que, naturalmente, não implicava nenhuma solução. Pelo contrário, a deposição de Ayora não foi mais que um sintoma de aguçamento da crise política, da qual as forças mais reacionárias trataram de tirar partido, alentadas tanto pelo debilitamento da burguesia agroexportadora como pelo fracas-

so que a fórmula reformista achava de experimentar. Com efeito, os latifundiários conservadores decidiram explorar o descontentamento que a crise engendrava no povo e, para isso, constituíram em Quito a chamada Compactação Operária Nacional, movimento de corte facistóide que agrupava os ex-camponeses e artesãos empobrecidos ou caídos na desocupação, fáceis de manipular, graças ao domínio ideológico absoluto da Igreja Católica na serra.

Com a dita base, os conservadores lançaram a candidatura do rico Nepalí Bonifaz para presidente da República, o qual obteve uma ampla vitória nas eleições de outubro de 1931. Contudo, o eleito foi desqualificado pelo Congresso Nacional, poucos meses depois, sob alegação de que o próprio Bonifaz havia, em mais de uma ocasião, declarado ser peruano. Em resposta, os conservadores mobilizaram não somente as hostes civis da Compactação Operária Nacional, mas toda a máquina política que haviam logrado montar e que contava com amplas ramificações nas forças armadas, especialmente em nível de uma tropa que não era, pela sua extração social, outra coisa senão um prolongamento dos famosos “compactados”. Em 26 de agosto, sublevaram-se alguns batalhões, desencadeando-se assim a guerra civil “dos quatro dias”, que semeou de cadáveres as ruas da capital e terminou com a derrota das forças de Bonifaz, o qual em nenhum momento conseguiu o apoio da oficialidade. Um dos paradoxos mais tristes da nossa história determinou, pois, que a primeira reação aparentemente “popular” à crise fosse de cunho direitista e que a insurreição de uma tropa manipulada pelo clero e os latifundiários tivesse de ser esmagada a sangue e fogo pelos contingentes dirigidos pela oficialidade progressista.

Este desenlace não resolveu, todavia, a crise política, que tampouco podia ser superada com o simulacro de eleições realizado pouco depois, em outubro de 1932, onde, graças a uma escandalosa fraude, acabou sendo “eleito” presidente da República o candidato da burguesia agroexportadora, Juan de Dios Martínez Mera.

O mal-estar social continuou e as manifestações de rua se multiplicaram, protagonizadas pelos “antigos compactados” e por “gentes da ralé”, segundo a expressão dos nossos historiadores. Tratava-se, na verdade, dessas massas marginais constituídas em consequência da crise e que agora já não obedeciam às diretivas conservadoras, mas começavam a aglutinar-se em torno de um caudilho que ia marcar profundamente o rumo político do Equador: José Maria Velasco Ibarra.

Por isso, quando Martínez Mera viu-se forçado a renunciar, em 1933, Velasco Ibarra não teve dificuldades em triunfar nas eleições realizadas naquele mesmo ano. De um lado, contou com o amplo apoio do subproletariado de Quito e também de Guayaquil; enquanto que, de outro lado, nem os latifundiários conservadores nem a burguesia liberal se atreveram a opor-lhe candidatos. Preferiram ceder passagem a este personagem que se proclamava cristão

ao mesmo tempo que liberal e que, em todo caso, apresentava-se como um mal menor, dentro do crítico contexto descrito. Assim que finalmente só concorreram com Velasco Ibarra um candidato socialista e outro comunista, os quais o caudilho derrotou com facilidade. Diante dos 42 mil 271 votos do triunfador, o candidato comunista, por exemplo, obteve apenas 474 sufrágios.

Apesar da sua popularidade, Velasco permaneceu pouco tempo no mando. Uma oposição combinada da burguesia de Guayaquil com a classe média derrubou-o antes que cumprisse o primeiro ano da sua gestão presidencial e sem que as suas bases populares pudessem fazer nada para sustentá-lo.

Logo após a deposição de Velasco, a crise política aguçou-se novamente. Os militares confiaram o governo a Antonio Pons, que renunciou pouco depois, alegando que não podia assumir a responsabilidade de convocar novas eleições, já que isso equivaleria a entregar o mando aos conservadores. Assim, preferiu devolvê-lo ao exército, único grupo organizado que, em tal conjuntura, podia exercer um papel “arbitral”, e que acreditou fazê-lo nomeando para chefe supremo do país um homem obscuro e aparentemente anódino, mas que, afinal de contas, desempenhou um papel pouco grato em nossa história: o engenheiro Federico Páez.

Páez permaneceu dois anos no poder, de 1935 a 1937, em uma conjuntura caracterizada pela ascensão das lutas operárias e pelo incremento das reivindicações das camadas médias, ao que o chefe supremo respondeu com medidas puramente repressivas, que foram deteriorando cada vez mais o clima político, até ao ponto de provocar uma nova intervenção do exército, que derrubou Páez e o substituiu por um oficial progressista, o general Alberto Enríquez. Durante o governo deste, a classe operária conseguiu a expedição do código do trabalho: setores patrióticos do país conseguiram que fossem adotadas medidas tendentes a abolir os privilégios mais escandalosos das companhias estrangeiras — isenção de impostos, direito a “portos livres”, etc. —; e a esquerda em geral gozou de um clima de liberdade, do qual aproveitou para robustecer-se e consolidar as suas organizações. Eventos tão importantes como a reunião do Terceiro Congresso dos Trabalhadores do Equador contaram inclusive com o apoio do dito mandatário.

IV. REVITALIZAÇÃO E NOVA CRISE DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA

Estávamos, no entanto, ingressando numa nova conjuntura econômica, caracterizada pela retomada das exportações, que entre 1936 e 1937 praticamente duplicaram, passando de um valor de cinco milhões e 700 mil dólares para uma cifra próxima de 11 milhões de dólares. Essa retomada da atividade agroexportadora trouxe, naturalmente, consigo um revitalização política da burguesia de Guayaquil, que em 1938 conseguiu retomar diretamente o governo por

meio de Aurelio Mosquera Narváez, em conseqüência da renúncia do general Enríquez. E ocorreu que, na realidade, aquela burguesia — unida aos monopólios estrangeiros cujos privilégios Enríquez tratou de abolir — vinha realizando um trabalho de sapa nas fileiras do próprio exército, trabalho esse tendente a isolar e finalmente eliminar a fração progressista deste. A renúncia de Enríquez significou já um triunfo da reação, mas o assunto não terminou com isso. Quando a Assembléia Legislativa propôs a promoção do coronel Luis Larrea Alba a general, Mosquera Narváez, que acabava de assumir o poder, se opôs terminantemente a tal promoção, pela razão pura e simples de que se tratava de um militar progressista. Este veto do executivo equivalia a um expurgo na ala democrática do exército e inseria-se dentro de um plano repressivo de maior envergadura. Por isso, quando a Assembléia insistiu na dita promoção, Mosquera aproveitou a ocasião para dissolvê-la pela força, em dezembro de 1938, com apoio dos elementos mais racionários do alto comando militar. Isto não foi nada mais que o início de uma série de atropelos que o novo governo oligárquico estava decidido a perpetrar contra os setores democráticos da sociedade, cujo nível de organização e combatividade já se tornara intolerável para os tradicionais amos do país.

Mosquera argüiu que o movimento estudantil se havia politizado e que as cátedras se haviam convertido em “tribuna catequista de princípios desagregadores”, pretexto do qual se serviu para reorganizar as universidades e os colégios leigos, destituindo os professores democráticos, para substituí-los por homens de confiança do regime. Tudo isto, amparado em um dispositivo que o espúrio Congresso extraordinário, que o próprio ditador constituíra em fevereiro de 1939, acabava de promulgar, dando por extintos os cargos de período fixo.

Tanto os alunos quanto os professores e autoridades dos centros afetados opuseram-se a tais medidas, desencadeando um movimento grevista que, tendo sido apoiado por numerosos sindicatos de trabalhadores (têxteis, ferroviários, motoristas, eletricitistas, etc.), adquiriu uma envergadura de nível nacional. Em reposta, Mosquera fechou umas quantas universidades e colégios e reprimiu duramente o Sindicato Nacional de Educadores, ao mesmo tempo em que impulsionava a criação de uma organização paralela, do cunho clerical, mas reacionário. E sucedia que, a estas alturas do processo, a burguesia de Guayaquil atuava já plenamente ligada a latifundiários conservadores da serra, com os quais havia constituído uma sólida frente oligárquica de dominação. Neste sentido foi tão longe que, em outubro de 1939, a própria Junta Liberal de Pichincha considerou necessário condenar a política oficial dos seus supostos companheiros de ideal nos termos seguintes:

“O governo atraçou palpavelmente os princípios doutrinários, cindindo as fileiras do partido com as imposições de listas patrocinadas pelos ministros de Defesa e do Governo, para, através desse meio vedado pela moral, outorgar

o triunfo ao adversário conservador, o qual não desejava vivamente ter na oposição; e, com essa atitude desleal, está sendo entregue paulatinamente o estado ao partido reacionário”¹⁶.

Era verdade. Aproveitando o dispositivo que lhe facultava remover os funcionários estáveis, Mosquera Narváez havia colocado, em posições-chave da administração, elementos de filiação conservadora e, inclusive, havia violado a tradicional autonomia municipal, com o fito de estabelecer o seu controle também nesse nível.

Da sua parte, o Congresso extraordinário tampouco perdeu tempo: a fim de consolidar a santa aliança com o capital estrangeiro, restabeleceu a isenção de direitos de exportação para as companhias estrangeiras, o que havia sido, justamente, abolido no governo de Enríquez. Além disto, como os setores progressistas não deixavam de protestar contra todas estas medidas, e como os operários e trabalhadores expressavam a sua indignação, em manifestações públicas, o dito Congresso concedeu a Mosquera poderes extraordinários, com os quais o caráter ditatorial do regime acabou de consolidar-se.

Andavam as coisas neste ponto quando Aurelio Mosquera faleceu repentinamente, em novembro de 1939. Porém a sua morte, como é óbvio, não alterou significativamente o panorama político. Carlos Alberto Arroyo del Río, presidente do Congresso e conhecido advogado das companhias estrangeiras, assumiu a presidência da República e convocou eleições para janeiro de 1940. Como desejava apresentar a sua própria candidatura, renunciou um mês antes dos comícios, sendo substituído pelo doutor Andrés. F. Córdova, o qual se encarregou de perpetrar uma das mais escandalosas fraudes de que se tem memória no Equador.

Com efeito, nas eleições de 1940, participaram três candidatos: o mencionado Arroyo, pelo Partido Liberal, Jacinto Jijón, pelo Partido Conservador, e José Maria Velasco Ibarra, apoiado por múltiplos setores desejosos de se oporem ao setor oligárquico mais odiado, que era precisamente o de Arroyo. Velasco foi, sem dúvida, quem mais votos obteve, seguramente seguido pelo candidato conservador; porém a apuração oficial das eleições emitiu resultados favoráveis a Arroyo del Río. A fraude foi para todos evidente e, mais ainda, para as massas velasquistas, que não tardaram em lançar-se às ruas, protestando contra tais fatos; em resposta, o governo fez brutais demonstrações de força, que deixaram incontáveis feridos na cidade de Guayaquil. A escalada repressiva era, pois, patente, e agora estendia-se aos setores mais amplos da população.

A situação tornou-se ainda mais grave quando Velasco e o estado maior do velasquismo tentaram responder promovendo um levante militar, que o governo conjurou a tempo. Velasco foi finalmente preso e desterrado para a Co-

16. Transcrito por Gualberto Arcos em seu livro *Años de oprobio*, Quito, Imp. Fernández, 1940, p. 64.

lômbia, fato que naturalmente não marcou o fim da escalada repressiva. Um governo surgido nas condições mencionadas não podia manter-se de outra maneira senão pelo terror, tanto mais necessário na medida em que o nível de vida das massas não faria mais do que deteriorar-se neste período, apesar da situação econômica do país, abstratamente considerada, registrar condições favoráveis. Com efeito, o montante das nossas exportações chegou a mais de 10 milhões de dólares em 1942, a cerca de 23 milhões de dólares em 1943, e a quase 29 milhões em 1944 (estávamos, não esqueçamos disto, durante a Segunda Guerra Mundial); contudo; isso não se traduziu senão mediante uma inflação galopante, com o conseqüente empobrecimento das classes populares. Entre 1940 e 1944, os preços internos duplicaram, ao passo que os salários e outras remunerações permaneceram virtualmente inalterados.

E isto não foi tudo quanto de nefasto houve no regime de Arroyo. Em 1941, as tropas da oligarquia peruana invadiram o território colocando o governo arroyista perante o seguinte dilema: armar o povo, para defender as fronteiras pátrias, mas correndo o risco de que com as mesmas armas se desencadearde logo uma insurreição antioligárquica; ou manter a “ordem” interna e não oferecer ao invasor nenhuma resistência de envergadura. Arroyo, naturalmente, adotou a segunda opção e nem sequer se decidiu a enviar para a fronteira as forças armadas mais bem equipadas, posto que elas lhe eram indispensáveis como aparato interno de repressão.

Foi assim que, nesta ocasião, sofremos a perda de quase a metade de nosso território; mas nem mesmo isso impediu que a oligarquia arroyista continuasse reinando, sempre por meio do terror. Porém as contradições internas continuavam aguçando-se e subterraneamente gestava-se um movimento popular de vastas proporções.

Confiado na onipotência dos seus corpos repressivos, Arroyo del Río declarou, em abril de 1944, que não se afastaria do governo antes de concluir o período para o qual havia sido “eleito”. No entanto, uns quantos incidentes ocorridos entre 26 e 27 de maio foram a centelha que incendiou a fogueira do dia 28. Tanto o assassinato de uma menor como um choque — aparentemente acidental — entre elementos do exército e do corpo de carabineiros, desencadeou efetivamente um levante popular que, na prática, liquidou com essa espécie de guarda pretoriana de Arroyo que eram os carabineiros, fato que determinou a imediata renúncia deste. Então, a Aliança Democrática Equatoriana, frente patriótica formada pelos partidos conservador, socialista, comunista e por uma fração dissidente do liberalismo, assim como pelos movimentos Vanguarda Revolucionária Socialista e Frente Democrática, chamou Velasco Ibarra para que assumisse a primeira magistratura do país.

Na realidade, foi a apoteose do caudilho. Os sinos repicaram nas cidades; imensas multidões ovacionaram-no por toda parte; o padre e o militante comunista, o proletário e o plantador de gamão, ombro a ombro, deram-lhe boas-

vindas. Se onze anos antes Velasco havia surgido como o salvador dos “marginalizados”, agora, em maio de 1944, todos os aclamaram como a um redentor.

Em 31 de maio, Velasco foi proclamado presidente, perante uma imensa e heterogênea multidão que abarrotava a praça principal da capital. “O povo, os estudantes, os homens de esquerda que ... participamos na deposição de Arroyo del Río, cabeça e símbolo da corrupta oligarquia “liberal”, tivemos, inicialmente, a ilusória certeza de haver realizado uma utêntica revolução popular e democrática”, declararia, 25 anos mais tarde, o dirigente comunista José Maria Roura¹⁷, o qual participou das jornadas de meio como dirigente estudantil.

Certeza infundada, na realidade, pois logo depois o ímpeto democrático e popular ia ser freiado pelo próprio caudilho. Este, que em seus discursos iniciais havia prometido pelo menos um saneamento “moral” do país e um castigo “exemplar” para os arroyistas, não tardou em reconhecer que não estava disposto a ir muito longe nesse sentido:

“O capital, os negócios” — disse ele — “são muito suscetíveis, espantadiços; se bloqueamos os fundos de quatro trapaceiros, nós nos expomos, pela desconfiança e pelo temor, a produzir uma depressão que custaria milhões”¹⁸.

A “revolução” começava, portanto, a defrontar-se com a dura realidade, enquanto a escassez dos víveres e a sua carestia agravavam a fome das massas populares. Em novembro de 1944, Velasco já não pôde mais olhar somente de soslaio este problema: “sofremos a carência de meios de subsistência”, admitiu, “porém estamos trabalhando para que isto melhore dentro de pouco tempo”. E reconheceu que de fato existia um profundo mal-estar no país.

Passado o primeiro fervor, a frente patriótica que havia levado Velasco à presidência começou, além de tudo, a fragmentar-se. As suas contradições internas fizeram-se patentes em janeiro de 1945, ao produzir-se, em Quito, um choque já frontal entre os velasquistas propriamente ditos e os setores de esquerda que também haviam integrado a Aliança Democrática. Nesse turvo e agitado 16 de janeiro, Velasco fez um patético chamamento à calma e à unidade, perante os rostos sangrentos de muitos militantes comunistas que acabavam de ser agredidos pela direita velasquista:

“Escutem, amigos” — disse-lhes ele — “escutem: vocês fizeram uma revolução original. Para esta revolução, uniram-se todos os equatorianos: para esta revolução uniram-se o vermelho com o conservador; o frade com o soldado; a mulher e o homem; o universitário e o operário; todos fizeram a gloriosa revolução de maio. Em lugar de dizer ABAIXO!, em lugar de gritar VIVA!, re-

17. Declarações para a revista *Mañana*, número 295; de 20 de maio de 1969, Quito, Equador.

18. Compilação de discursos de Velasco Ibarra, publicada com o título de *El 28 de mayo: balance de una revolución popular*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1946, p. 62.

flitam em que estão no momento decisivo da pátria, em que, se se afundar a Revolução de Maio, não nos salvaremos ...”¹⁹.

A “revolução” estava naufragando, na verdade, e seu profeta clamava no deserto. O conservador e o comunista podiam ter estado concorde em derrubar Arroyo, mas já não o estavam, nem o podiam estar, quanto a empreender uma transformação do país. E menos ainda podiam coexistir agora em uma mesma frente, quanto o denominador comum do patriotismo, ferido pela derrota que o Peru ingligira (momentâneo laço de união entre diferentes classes), havia desaparecido, junto com o parente soçobro dos culpados mais diretos de tal derrota.

Além do exposto, o próprio Velasco reconheceu, depois, que muitos se haviam unido à frente patriótica com o objetivo de pescar em águas de rio agitado, de satisfazer às rivalidades intergrupais ou, simplesmente, com a finalidade de enriquecer-se com os fundos públicos ou através de diferentes espécies de negociatas. Efetivamente, em junho de 1945, Velasco se viu forçado a enviar uma circular a todos os governadores, advertindo-os de que “a imprensa do país está verdadeiramente alarmada com a onda de fraudes e desfalques que irrompeu na República”²⁰.

Enquanto a alta cúpula da “revolução” degenerava nisto, a esquerda fazia seus últimos empenhos para pelo menos dotar o país de uma Constituição progressista, a qual foi, efetivamente, promulgada em maio de 1945, apesar da oposição do próprio Velasco, o qual, nesse momento, já se apoiava às claras nas forças de direita, ao mesmo tempo que mistificava a realidade, insistindo em que o único problema que flagelava o país era o de ordem “moral”.

Contudo, as massas, que sentiam na própria carne, cada vez mais, uma acentuada miséria, não foram do parecer dele. Em dezembro de 1945, lançaram-se elas às ruas de Guayaquil, para realizar a “marcha da fome”, que foi brutalmente reprimida pela polícia. E como o mal-estar, apesar de tudo, continuou a expressar-se, Velasco não encontrou melhor solução que a de proclamar-se ditador, coisa que fez em março de 1946. Foi o ponto de partida para uma repressão sistemática dos operários, dos estudantes e dos partidos de esquerda, sendo que a todos acusou de “bolcheviques” e de “terroristas”.

Havendo de tal maneira “depurado” o país, Velasco estimou que poderia convocar uma nova Assembléia Constituinte, para que “legalizasse” a situação, assembléia essa na qual a esquerda já não teve, naturalmente, nenhuma participação. Tal Assembléia elaborou uma nova Constituição, deixando de lado todos os princípios progressistas estabelecidos na anterior e nomeou Velasco presidente “constitucional” do país, mas isto em circunstância muito particulares: diante da ameaça das tropas controladas por oficiais leais ao caudilho.

19. *Ibid.*, p. 309.

20. *Ibid.*, p. 413.

E ocorreu que, realizada por Velasco a tarefa de mistificação e repressão de que a direita necessitava, não via esta claramente razão para mantê-lo por mais tempo no governo.

Nos meses subseqüentes, a situação nada mais fez do que piorar. O custo da vida, que em 1944 acusava um índice de 207 (ano-base: 1937), elevou-se a 268 em 1945, a 310 em 1946 e a 355 em 1947. Outrossim, entre janeiro de 1947 e maio do mesmo ano, as reservas líquidas de divisas do Banco Central diminuíram em 93 milhões de sucres. Por fim: “durante 1947, continuaram as agitações provocadas pelo governo e agravadas pela desordem no manejo das questões econômicas. Em agosto, a situação, já insustentável, tornou-se crítica. O ministro de Defesa, um oficial superior, decidiu-se a dar o golpe de estado. Velasco Ibarra foi preso, obrigado a renunciar e foi logo outra vez expulso do país”²¹.

Oito dias após a deposição de Velasco, e logo depois de algumas escaramuças entre setores do exército, assumiu o governo o presidente do Congresso, Mariano Suárez Veintimilla, o qual convocou de imediato um Congresso extraordinário. Em setembro do mesmo ano, o dito Congresso nomeou Carlos Julio Arosemena Tola para presidente da República, pelo tempo que faltava para que se concluisse o mandato de Velasco; isto é, até agosto de 1948. Com este episódio, encerrava-se um período tormentoso da nossa história e abria-se um outro, conhecido como de “paz” e de estabilidade política.

V. *AUGE DA ECONOMIA BANANEIRA E ESTABILIZAÇÃO CONJUNTURAL DO SISTEMA*

Constitui um lugar comum entre os nossos historiadores sublinhar o contraste entre o período que vai de 1925 a 1948, durante o qual se sucedem 23 governos em igual número de anos, e o período compreendido entre 1948 e 1960, em que só temos três governantes, eleitos em condições normais (isto é, sem a tradicional fraude) e que terminam também normalmente os seus mandatos. Fato tanto mais insólito, porque os governantes em questão representaram tendências políticas diferenciadas entre eles, mas as quais eram, em princípio, similares às que acabavam de defrontar-se, com diferente sorte, no caótico período anterior. Tais mandatários foram o liberal Galo Plaza (1948-52), o caudilho populista José Maria Velasco (1952-56) e o conservador Camilo Ponde (1956-60).

O período de Plaza, sobretudo, foi um lapso no qual, por primeira e talvez única vez, a burguesia equatoriana pareceu estar já “madura” para o exercício da sua dominação, sendo por fim capaz de impor a sua hegemonia sem recor-

21. Alfredo Pareja Diezcanseco, *La lucha por la democracia en el Ecuador*, Quito, E. Runiñahui, 1956, p. 123.

rer constantemente à repressão nem ter de ensaiar, pelo menos uma vez por ano, uma nova fórmula de governo. Gestor da política que hoje denominaríamos *desenvolvimentista*, Galo Plaza é, sem dúvida, o primeiro mandatário burguês *moderno* da história equatoriana e aquele que com maior êxito conseguiu consolidar a dominação da sua classe, em estreita vinculação com a política imperialista.

A sua administração teve, com efeito, características particulares, na medida em que o dito mandatário começou por contratar missões estrangeiras para que realizassem diagnósticos do país e estudos de viabilidade; tal administração enfocou o problema econômico do Equador em termos de produção e não meramente monetários, como até então se havia feito; elaborou planos de fomento da produção e os “implementou” (como costumavam dizer os seus tecnocratas) com assistência creditícia e técnica alienígena; planificou, na medida em que um governo burguês pode fazê-lo, o aproveitamento de alguns recursos naturais (planos de colonização, sobretudo); tratou, enfim, de tecnificar a administração, atendendo, neste como nos demais campos, ao assessoramento norte-americano.

Tal qual o constataremos mais adiante, esta “racionalização” estava condenada ao fracasso, a médio e não se diga a longo prazo, pela impossibilidade de lograr um desenvolvimento sustido, harmônico e sem contradições, em uma formação social capitalista e, além disto, subdesenvolvida. Mas é um fato que, graças à conjuntura particularmente favorável na qual lhe coube atuar, Plaza conseguiu muitos dos seus propósitos.

De fato, todo este período de “paz” e “estabilidade” política coincidiu com o grande auge das exportações de banana, que cresceram num ritmo realmente vertiginoso. Para só citar as cifras mais significativas, recordemos que, em 1948, ano em que Plaza assumiu a presidência, o valor total das exportações equatorianas alcançou a cifra de 40 milhões de dólares, cinco vezes maior do que a média anual da década anterior e que representava — se se quer outro termo de comparação — o dobro do valor obtido em 1943. Entre 1948 e 1960, o valor das exportações triplicou, alcançando a magnitude de 120 milhões de dólares neste último ano. Sobre esta base, a economia equatoriana desenvolveu-se num ritmo acelerado, superior, inclusive, ao da maior parte das economias latino-americanas, apesar de que o dito ritmo começou a decrescer a partir de 1955.

Por outro lado, o custo de vida, que entre 1938 e 1948 praticamente quadruplicara, ao passar, em termos relativos, de 100 para 396, no período que agora analisamos manteve-se quase estável: entre 1948 e 1951, só aumentou de 100 para 111, e de 1952 para 1960 elevou-se apenas em seis por cento ao todo.

Por fim, a rápida ampliação da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras dedicadas ao cultivo da bananeira, permitiu a criação de muitas frentes de trabalho, que contribuíram para descongestionar certas áreas nas quais

a superpopulação relativa começava a se constituir já um problema crucial (sobretudo em algumas áreas rurais da serra).

A expansão da produção bananeira no Equador implicou, em boa medida, um processo de desnacionalização da economia agrária, até então controlada por proprietários locais. Contudo, seria exagerado tipificar esta fase como uma típica situação de “enclave”. De fato, a burguesia equatoriana possui aproximadamente três quartas partes das plantações de bananeira e, apesar de o circuito de comercialização não poder, em última instância, escapar ao controle monopolístico internacional, houve uma burguesia financeira nativa que se inseriu nele, na qualidade de sócio menor. Tratava-se, em suma, de uma situação de dependência habilmente negociada, que explica o êxito fugaz do desenvolvimentismo plazista.

Durante este período, não se articulou no Equador um projeto de industrialização, mas, pelo contrário, todo o desenvolvimento econômico do país esteve concebido em termos de uma inserção especializada e tecnicizada na divisão capitalista-imperialista do trabalho. Não obstante isto, é possível detectar aqui os primeiros assomos de modernização da agricultura e da pecuária de consumo doméstico, incluindo-se o processamento industrial de produtos agropecuários.

A estabilização política temporária do sistema não esteve, portanto, determinada, de maneira mecânica, pelo auge da bananicultura, porém obedeceu a uma complexa constelação de fatores. Entre estes, é de particular significação o fato de que, para esta época, o modo de produção capitalista já se havia estendido a um âmbito muito amplo da formação social equatoriana, reduzindo o modo de produção feudal a uma esfera não só subordinada, mas, além disto, restrita, até mesmo na região geográfica onde havia tradicionalmente imperado, isto é, na serra. O que determinou, como é natural, a abolição do caráter antagonico da contradição entre liberais e conservadores, já que o próprio Partido Conservador passou a representar interesses basicamente burgueses.

Opulento serrano, cujas empresas agroindustriais se converteram em uma “modelo” de exploração capitalista, Galo Plaza constituía justamente o símbolo das transformações operadas na sua região. Adornado, além de tudo, com brasões, Camilo Ponce era, por sua vez, uma espécie de “junker” em vias de modernização. Que diferença fundamental podia, então, separar estes dois homens e os dois setores sociais que ambos representavam e que oposição substancial podia interpor-se entre eles e a burguesia agroexportadora litorânea?

Próspera em conseqüência do repentino “boom” dos bananais, que proporcionavam ingressos para “todos”, e já sem graves fendas na “cúpula”, a classe dominante equatoriana, em seu conjunto, podia dar-se agora ao luxo de pôr em prática e “respeitar”, pela primeira vez, as regras do jogo democrático-burguês, pelo menos enquanto durasse esta época de “prosperidade”.

E não era tudo. As migalhas da bonança haviam chegado inclusive às camadas médias e à pequena burguesia, que, nessa conjuntura, vieram a constituir-se num firme ponto de apoio do sistema. Segundo um estudo realizado pelo economista Reinaldo Torres, por exemplo, tais setores representavam, em 1950, 20,7 por cento da população total do país, e percebiam 31,4 por cento do dito ingresso²².

Além de tudo, a política de Galo Plaza foi muito hábil para com esses setores. Ele compreendeu que ainda boa parte dos que se diziam socialistas era gente com a qual agora se podia contar, e os chamou a colaborar com o seu governo, coisa que o próprio Partido Socialista aceitou, de maneira oficial. Em benefício da burocracia, promulgou uma lei de carreira administrativa, destinada a garantir estabilidade a ela, ao mesmo tempo que, com sua política de fomento da produção, favorecia a consolidação de uma pequena e média burguesia rural nas áreas de colonização.

Os antigos elementos “perturbadores” converteram-se assim num fator momentâneo de estabilidade: transformada em clientela liberal, a “classe média” permitiu à grande burguesia resolver o paradoxo permanente da sua história, que havia consistido na impossibilidade de se constituir em uma classe ideologicamente hegemônica, apesar de já ser a classe dominante no terreno econômico. Agora, em troca, parecia contribuir para a consolidação dessa hegemonia: bonança econômica, superação de antagonismos na cúpula, constituição de uma classe de apoio, idílio com o imperialismo (que chegou a nomear Plaza como “homem das Américas”).

E algo mais. Como a intelectualidade “socialista” havia sido, mal ou bem, a animadora, impulsionadora e organizadora de muitos núcleos de trabalhadores, sua deserção não podia deixar de ter conseqüências naquele nível; de fato, ela semeou a confusão em muitos setores da classe operária, debilitando a esquerda em seu conjunto. Isto foi, outrossim, a causa da divisão ocorrida no seio do Partido Socialista, em 1960, quando a ala direita apoiou uma nova postulação de Plaza, o que obrigou a ala esquerda a separar-se e formar outro agrupamento político: o Partido Socialista Revolucionário.

Mas, apesar da sua auréola de paz, o período de 1948 a 1960 não esteve isento de tensões sociais. Durante o próprio mandato de Plaza, o subproletariado de Guayaquil — ao qual a bonança certamente não havia chegado — expressou o seu descontentamento robustecendo o movimento populista denominado Concentração de Forças Populares, cujo caudilho local, Carlos Guevara Moreno, chegou a dirigir a municipalidade daquela cidade. Foi, de resto,

22. *Los estratos socio-económicos del Ecuador*, Quito, Junta Nacional de Planificación, 1960. Sob a denominação de “classe média” são incluídas neste estudo tanto as camadas médias propriamente ditas como a pequena burguesia urbana e rural.

este subproletariado que deu o triunfo a Velasco Ibarra, em 1952, com uma clara mostra de repúdio ao plazismo.

O proletariado, por sua vez, foi fazendo-se presente na cena política maneira cada vez mais combativa, sobretudo no governo de Ponce, o qual respondeu com “mão dura”. Era evidente que a “paz” burguesa começava já a deteriorar-se. Entretanto, o pior só adveio em 1959, quando as manifestações populares aumentaram em Guayaquil, e Camilo Ponce deu a ordem de disparar para matar, realizando um massacre que deixou um saldo de pelo menos mil mortos. A etapa “democrática” encerrava-se, assim, com marca de sangue e mostrando assim todos os seus defeitos: até mesmo naquele período de “prosperidade” e criação de fontes de trabalho, a miséria e a desocupação se haviam acumulado de maneira alarmante na principal cidade do país, onde os “marginalizados” representavam mais de 50 por cento da população.

VI. UMA NOVA ETAPA CRÍTICA

As ilusões democrático-burguesas acabaram por desmoronar-se, junto à base escorregadia que as tinha engendrado, quando o “boom” da bananicultura entrou em seu definitivo ocaso. Embora o incremento no ritmo das exportações houvesse começado a diminuir desde antes, e os seus preços a declinar, o colapso brutal somente se produziu em 1961, ao baixar o volume das exportações de banana em 5,8 por cento e o das de café em cerca de 20 por cento. Naquele ano fatídico, a renda “per capita” diminuiu em 1,1 por cento e a parte do produto nacional dedicada à remuneração da força de trabalho decresceu em 1,5 por cento. Os preços internos, por sua vez, começaram a elevar-se vertiginosamente. Alarmado, o gerente do Banco Central, julgou necessário advertir na sua mensagem correspondente a 1961, que, se não fossem adotadas medidas condizentes, a crise “adquiriria uma complexidade tão severa que possivelmente poderia traduzir-se em graves conflitos sociais com repercussões e alcances impossíveis de serem previstos na atualidade”.

Nestas alturas, tal advertência já soava de forma melhor como profecia do passado. A sociedade equatoriana estava em plena efervescência desde 1959 e nem mesmo o massacre realizado naquele ano conseguiu aplacar o protesto das massas, as quais, durante todo o ano seguinte, permaneceram mobilizadas. O processo eleitoral de 1960, que levou Velasco Ibarra pela terceira vez à presidência, não foi mais do que um pretexto para a expressão do enorme mal-estar acumulado. O próprio caudilho compreendeu isto, e deu, por isso, à sua campanha um verniz antioligárquico e antiimperialista, apesar de, tanto quanto em anteriores ocasiões, nada fazer, como governante, para remediar a situação. Assim foi que a efervescência continuou, acentuada não somente pela deterioração da nossa economia, mas outrossim alimentada pelas esperanças que o processo de liberação de Cuba tinha despertado em muitos setores da

população. As greves estudantis e, sobretudo, as operárias estenderam-se como um rastilho de pólvora em 1961, e Velasco foi perdendo pouco a pouco o controle da situação, até que em dezembro daquele ano o exército o depôs. Acabava, pois, de quebrar-se a fachada constitucionalista do sistema, mas, ainda assim, a “tradição” acumulada desde 1948 seguiu pesando o suficiente para que se tratasse de dar à ruptura certo semblante de legalidade. Foi por isso que se permitiu que assumisse a presidência o vice-presidente Carlos Julio Arosemena Montoy, o qual tratou de imprimir um timbre progressista ao seu governo. Este se caracterizou, com efeito, por um respeito às organizações de esquerda no plano interno e, no terreno internacional, por um nacionalismo que necessariamente tomou um aspecto antiimperialista, dada a conjuntura política do continente (pressão cada vez mais forte dos Estados Unidos para que os governos latino-americanos adotassem uma linha dura contra tudo aquilo que, de perto ou de longe, significasse “castrismo”). Decorosa por certo, a atitude de Arosemena foi insuficiente para imprimir um novo rumo ao Equador, muito embora tenha bastado para granjear-lhe a inimizade da classe dominante e do imperialismo.

Além do mais, as forças revolucionárias eram ainda muito débeis, apesar do grande fervor que nesse campo se observava. Não esqueçamos de que justamente nesse momento produziram-se graves cisões no seio do marxismo equatoriano, sobretudo com a fissura produzida no Partido Comunista, que, conquanto, por fim, contasse com a fidelidade quase total da sua base operária e camponesa, foi, entretanto, sacudido seriamente. Perdeu, entre outras coisas, a direção da URJE (União Revolucionária da Juventude Equatoriana), que terminou adotando uma atitude “de enfoque”, mais apta para criar uma situação de “alarme” favorável ao golpismo direitista do que para forjar condições deveras revolucionárias.

Nestas circunstâncias, de nada serviu a Arosemena formar um governo de “concentração nacional”, na realidade, centro-esquerdista. Assessorada pela CIA, a reação local começou a denunciar a infiltração “comunista” no governo e a explorar o assunto cubano. O clero se encarregou de encabeçar esta cruzada, organizando manifestações gigantescas, espécie de procissões destinadas, no seu dizer, a desagrar Deus pelas ofensas do “comunismo” e a pedir o rompimento de relações com Cuba. Ainda nas grandes cidades do país, onde o sentimento leigo parecia firmemente arraigado, desatou-se um fanatismo cujos propósitos abertamente políticos não escaparam a nenhum observador precavido. Jornais como *El Comercio*, de Quito, até então identificado com o liberalismo anticlerical, converterem-se, da noite para o dia, em modelos de piedades religiosa e em acérrimos defensores da “tradição cristã”. E apareceu subitamente a devoção de Jesus do Grande Poder, auspiciada pel alta sociedade, “sem distinção de ideologia”. Assim a burguesia leiga rendeu-se ante a evidên-

cia de que a Igreja continuava sendo o suporte ideológico mais firme da ordem estabelecida, rendição essa que foi de incalculável rentabilidade política.

Arosemena rompeu relações com Cuba em abril de 1962, mas nem isso foi suficiente. A reação reclamava a repressão de toda manifestação progressista e, como o presidente se negou a aceitar este “clamor geral”, a escalada continuou. A direita não teve escrúpulo em cometer atentados terroristas e atribuí-los à esquerda. Como se verifica em uma revista nacional pouco suspeita de simpatias pelo marxismo, nos meses que antecederam a queda de Arosemena, “o anticomunismo se torna psicológico, e não ideológico, para desse modo incidir sobre a opinião popular”. E, como assinala a mesma publicação, as forças “extranacionais”, isto é, os Estados Unidos, atuam decisivamente através dos seus aliados locais: a grande imprensa, o rádio e, finalmente, os oficiais reacionários²³.

Diante da escalada da direita, a esquerda pouco pôde fazer, já que importantes setores do povo, enganados pela repressão religiosa, foram mobilizados em favor da reação. A tudo isso vieram somar-se algumas imprudências no comportamento pessoal de Arosemena, as quais serviram de pretexto imediato para o golpe de estado de 11 de julho de 1963, data em que assumiu o poder uma junta militar de governo sob a presidência do almirante Ramón Castro Jijón.

Na realidade, este golpe foi uma típica medida “contra-insurrecional” orquestrada pelo Pentágono e pelos monopólios, em defesa dos interesses imperialistas. Como a estratégia compreendia, além das medidas especificamente repressivas, certas ações de caráter econômico e social, imprimiu-se à nova ditadura não somente uma orientação anticomunista, mas também uma tônica reformista, de acordo com os planos da Aliança Para o Progresso. Por isso, ao mesmo tempo em que encarcerava, desterrava ou torturava os homens de esquerda e fechava universidades e sindicatos, a junta militar anunciou uma série de reformas “estruturais” que, para marcar o tom dessa tragicomédia, começaram pela nacionalização dos altos picos andinos...

A junta abordou logo o problema do campo e até chegou a baixar uma lei de reforma agrária (11 de julho de 1964), em cuja declaração de princípios manifestava-se o propósito de abolir situações precárias (relações pré-capitalistas de produção) e promover a criação de uma camada de médios proprietários rurais, capaz de amortecer as contradições do campo. Com isto se queria preservar os interesses dos próprios latifundiários; porém, tanto a tibieza das disposições contidas na lei como a resistência dos latifundiários fizeram fracassar a “reforma”, a qual, mesmo com a abolição das situações chamadas precárias, somente conseguiu multiplicar o minifúndio e acelerar o êxodo para as cidades.

23. “*El juego del poder en el Ecuador*”, revista *Vistazo*, de Guayaquil, outubro de 1968.

Entretanto, este verniz “reformista” da ditadura serviu de justificação para que um setor importante, se não majoritário das camadas médias, apoiasse o governo. E nem mesmo o caráter repressivo deste foi óbice para isso: havia, de um lado, a jovem tecnoburocracia convencida de que embarcava em um empreendimento técnico e não político; de outro lado, estavam muitos membros da antiga intelectualidade, entregues agora à defesa de um sistema que, mal ou bem, lhes havia permitido ascender. Ansiosos de justificar a sua virada ideológica, os ex-socialistas que passaram a assessorar a junta falaram de uma adesão a colocações “modernas”, em consonância com o nosso tempo.

No fundo, as camadas médias tinham interesses muito precisos a defender. Entre outras coisas, a proliferação de organismo técnicos e pseudotécnicos encarregados, diziam, ao aplicar as reformas, que foi ocasião propícia para aumentar tanto as remunerações da burocracia, como a própria magnitude desta:

“Já desde 1964 e durante 1965 começaram a ser criados ou reorganizados diferentes organismos e instituições (... o que) significou, ao mesmo tempo, que o orçamento do Estado fosse incrementado em forma apreciável, para o pagamento de soldos e vencimentos”²⁴.

Efetivamente, a remuneração dos servidores públicos, que entre 1960 e 1962 só havia sido aumentada em 8,1 por cento de 1964 a 1966 cresceu em 23,5 por cento.

Tal foi a conjuntura sócio-política em que prosperou o governo dos generais, que na sua primeira etapa contou com o apoio de todas as forças reacionárias nacionais e estrangeiras e das camadas médias. Mas o apoio das primeiras, outorgado, como é óbvio, em troca da repressão de toda manifestação dos movimentos populares, era suficiente para fazer fracassar o projeto reformista. Este, que além da reforma agrária compreendia uma reforma tributária e outras tendentes a reforçar setores intermediários, como o artesanato e a pequena indústria, não era politicamente viável, por carecer de um apoio social que os supostos beneficiários mal podiam brindar-lhe, já que, ou se tratava de setores sociais a serem criados, como a pequena burguesia rural nas áreas tradicionais, ou, bem assim, de grupos politicamente débeis, como os artesões e pequenos industriais.

Descartado este apoio e o popular, outra coisa não restou à junta senão escolher entre cumprir ao pé da letra os desígnios da classe dominante, a fim de contar com o seu apoio permanente, ou então tratar de levar adiante os projetos reformistas, mas com a resistência da oligarquia e em outro contrapeso político que o apoio da tecnocracia, a qual certamente entendia muito melhor do que a classe dominante os interesses do sistema em seu conjunto.

24. *El desarrollo del Ecuador*, Livro primeiro, Quito, Junta Nacional de Planificación, 1969, p. 38.

No entretanto, esta problemática situação não se fez sentir com toda a sua força em 1964, primeiro porque a oligarquia não podia declarar tão logo a guerra a um governo forjado por ela e, segundo, porque a conjuntura econômica foi favorável à manutenção da junta no governo. Nesse ano: “as condições adequadas de clima e regime pluvial tornaram possível obter boas e abundantes colheitas dos principais produtos de exportação e consumo interno”, e “o aumento das exportações repercutiu favoravelmente em todos os setores produtivos do país”²⁵.

Esta conjuntura começou a debilitar-se pelo lado político em 1965, quando a direita estimou que o “perigo comunista” estava conjurado e que, por conseguinte, não existia razão para que os militares continuassem no governo e, menos ainda, intentassem realizar reformas.

Muito embora tibia, a reforma agrária havia já desgostado os latifundiários mais tradicionais; mas finalmente acabaram por aceitá-la, embora arreganhando os dentes. Não aconteceu a mesma coisa com a poderosa burguesia comercial de Guayaquil, a qual, tão pronto viu afetados os seus interesses imediatos, através da reforma das tarifas aduaneiras, começou a sabotar as medidas da junta militar:

“A reforma tarifária ... deu lugar a que em Guayaquil os comerciantes não retirassem da aduana as mercadorias deles. A aduana dessa metrópole dos negócios do país arrecadava diariamente, em média, três milhões de sucres. Lá por três de maio de 1965, a arrecadação mantinha-se em quinhentos sucres diários”²⁶.

Por seu lado, os latifundiários aproveitaram a situação para exigir maior representação das suas câmaras perante o Instituto de Reforma Agrária, e, de modo geral, a classe dominante passou à oposição ativa:

“Em conseqüência dos decretos relativos às importações (houve) uma onda de suspensões de atividade. As empresas pressionaram os meios de comunicação coletiva, que ainda se mostravam obstinados; decidir-se-ão quando o governo militar intenta intervir as entidades autônomas, com influência na imprensa, bancos, opinião popular e partidos. Depois, *a imprensa é atacada*. Fechamento de jornais. Pouco a pouco, estabelece-se unidade de ação contra a junta”²⁷.

Isto, no plano da luta política entre grupos hegemônicos. Porque, noutra nível, o movimento popular não havia renunciado à luta, opondo-se radicalmente ao sistema e aos seus atuais representantes. Porém a sua ação só adquiriu verdadeira eficiência a partir do momento em que a aliança de forças na qual se apoiava o governo veio a esfacelar-se.

25. *Ibid.*, pp. 33-34.

26. Joaquim Mena Soto, *Del la dictadura militar al quinto velasquismo*, Quito, Ed. Fray Jodoco Ricke, 1969, p. 100.

27. “*El juego del poder en el Ecuador*”, no já citado número da revista *Vistazo*.

Inquietos com o atual alcance da luta estudantil, os militares ocuparam a Universidade Central em 25 de março de 1966. Sofreram vexames e maus trantos não somente os estudantes, mas também os professores e autoridades universitárias, inclusive alguns partidários do governo; tal fato precipitou a queda da junta, ao alienar-se esta do apoio do único grupo que ainda a respaldava: a tecnoburocracia.

Os membros do governo militar abandonaram o governo em 29 de março, quando o país se encontrava quase totalmente paralisado por uma série de manifestações e greves e estava a ponto de ser descoberto que os generais, entre outras “reformas”, haviam levado a cabo a de renunciar secretamente à nossa soberania sobre as duzentas milhas marítimas, em favor do imperialismo. Além do que, em 1964, haviam outorgado uma concessão de um e meio milhão de hectares a favor do consórcio petrolífero Texaco-Gulf.

Pois bem, como apesar de contar com a participação ativa da esquerda marxista o movimento que derrubou a ditadura esteve controlado pela burguesia, o governo retornou imediatamente às mãos desta. Um conclave de notáveis proclamou presidente interino o representante das chamadas “forças vivas” de Guayaquil, Clemente Yerovi, o qual permaneceu poucos meses no cargo: o tempo necessário para redirecionar a situação fiscal e convocar a Assembléia constituinte.

A dita Assembléia foi turbulenta, pois teve de tomar conhecimento das denúncias sobre arbitrariedades e até traições da junta. Encarregou-se, além disso, de elaborar uma nova Constituição, a décima sétima do país, e nomeou presidente da República Otto Arosemena, outro dos representantes da burguesia de Guayaquil, cuja eleição se facilitou graças ao entendimento do seu partido (CID) com os conservadores e social-cristãos.

É desnecessário dizer que todos estes transtornos palacianos não produziram nenhuma troca substancial na sociedade equatoriana. O país se livrou de um governo abertamente ditatorial e a campanha anticomunista se atenuou temporariamente, em parte porque o tema se havia gasto como arma psicológica e em parte porque à burguesia exportadora interessava proceder agora com maior “liberalidade”: ante a retração na procura da banana na área capitalista, tornava-se-lhe indispensável buscar novos mercados nos países socialistas.

Por fim, as universidades recuperaram o seu estatuto autônomo e as forças de esquerda adquiriram maior margem de ação (dentro das óbvias limitações do sistema); ao mesmo tempo em que os grupos políticos tradicionais preparavam-se para intervir na eleição presidencial de 1968, que levou, pela quinta vez, Velasco Ibarra ao poder.

Eleito, apesar de tudo, graças a certo sentimento esquerdista ou pelo menos reformista, Velasco manifestou, no começo da sua quinta administração, algumas veleidades nesse sentido, as quais rapidamente se dissolveram. Confrontado com a realidade do poder, onde não é possível superar, como nos dis-

curso, os antagonismos de classes, nem ignorar, para cada ação concreta, os interesses dos diferentes grupos, Velasco não tardou em aplinar-se ante as pressões da classe dominante. Em 1969, o seu governo adquiriu uma face claramente repressiva, ao aguçar-se a crise econômica, política e social.

Em 1970, o custo de vida elevava-se vertiginosamente; o déficit fiscal ascendia a três mil milhões de sucres. A inquietação social aumentou (paradas de advertência nas províncias, manifestações estudantis, greves) e tanto a burguesia como os monopólios estrangeiros, aos quais Velasco fez generosas concessões petrolíferas, exigiram-lhe “que devolvesse a tranquilidade” ao país.

A 21 de junho de 1970, Velasco Ibarra proclamou-se finalmente ditador, com o apoio aparentemente unânime das forças armadas e de todos os setores da burguesia. Mas, por paradoxal que possa parecer esta afirmação, o seu “autogolpe” não foi uma expressão de força política, porém mais propriamente de debilidade. O “reinado” de Velasco chegava certamente ao seu fim, e não só por esgotamento pessoal do líder, mas porque a própria sociedade se apressava para passar de uma etapa cujo eixo econômico havia sido a produção bananeira, para uma nova que teria como pólo o petróleo, que acabava de ser descoberto no oriente amazônico. Na realidade, todas as forças sócio-políticas estavam conscientes da situação e, aberta ou solapadamente, apressavam-se a conquistar posições.

Para a burguesia, que havia já alienado o petróleo aos monopólios estrangeiros, era impreterível realizar uma urgente tarefa política primordial, que consistia em esmagar toda possível oposição de esquerda, por meio de um golpe de estado. Mas para isto lhe ficavam alguns obstáculos a escolher. De um lado, a grande burguesia em seu conjunto temia que o referido golpe desembocasse num regime nacionalista e reformista no estilo “peruano”, apoiado em alguns setores das próprias forças armadas, em uma parte da tecnoburocracia e, inclusive, em alguns embriões de burguesia industrial, que timidamente tratavam de articular um projeto de desenvolvimento relativamente desligado do capital estrangeiro, com vistas ao novo mercado aberto pelo Pacto Andino. Alternativa política, na verdade, pouco provável, dada a debilidade das forças envolvidas no projeto; mas que todavia não deixava de rondar como um fantasma o horizonte político do país.

Por outro lado, a fração agromercantil, que havia ocupado a posição hegemônica durante a “era da bananeira”, temia perdê-la na nova situação. Tratava-se, então, não só de reprimir a esquerda, mas além disto, de assegurar, com o novo governo, a continuidade daquela hegemonia.

Por fim, do seio de toda a burguesia emergiam novos grupos de interesse, verdadeiras máfias empenhadas em participar, do jeito que desse, naquilo que um escritor equatoriano denominara, com justiça, “o festim do petróleo”. Para estes grupos, nem sequer se tratava de negociar nas melhores condições “na-

cionais” a nova situação de dependência, mas pura e despretensiosamente de apressar-se em receber as sumarentas “comissões” pagas pelo imperialismo.

Em semelhante conjuntura, o golpe de estado de 70 só podia tomar a modalidade que realmente adotou. Incapaz de superar as suas contradições fracionais e de fissuras e, portanto, de oferecer um projeto político corrente, suscetível de atrair o apoio decidido e em massa das forças armadas; temerosa, inclusive, de que no interior destas se impusesse a corrente reformista, à burguesia não restava outra saída senão auspiciar o autogolpe de Velasco, única personagem capaz de representar, sombria e superficialmente as suas frações, a ditadura da classe em geral. Divididas internamente em várias tendências, as próprias forças armadas acharam preferível que um civil continuasse, naquele momento, à frente do governo.

Mas a esquerda, uma vez desarticulada pela repressão que se seguiu ao golpe de maio de 1970, as diferentes frações da burguesia passaram a enfrentar-se abertamente, enquanto os seus setores mais “hábeis” embarcavam nas mais turvas negociações.

Os contendores buscavam, como é óbvio, ganhar as melhores posições dentro do Executivo; porém, dada a transitoriedade deste governo, ao qual, inclusive, uma data de óbito (agosto de 1972), mais ainda lhes interessava ganhar apoio no interior das forças armadas. Por isso, grande parte do ano de 71 esteve marcada não só por uma política sinuosa de Velasco, que representava a hegemonia fugaz de tal ou qual fração mas além de tudo, pelas visíveis divergências entre setores do exército, mais ou menos influenciados por este ou aquele setor da burguesia.

Esta constante pressão burguesa sobre as forças armadas era, naturalmente, uma arma de dois gumes. Se bem que alguma fração parecesse ganhar terreno com isso, não era menos certo que, com a dita pressão, a classe inteira punha de manifesto a sua debilidade, com o que acentuava, no exército, a tentação de atuar como força relativamente autônoma. Além do mais, o jogo de pressões foi percebido por muitos setores da oficialidade como uma ameaça contra a integridade constitucional das forças armadas, fato que, em meados de 1971, determinou a queda do braço direito de Velasco Ibarra, o seu ministro de Defesa e sobrinho, Jorge Acosta. Representante da ala facistóide da burguesia financeira, parece que esta sinistra personagem chegou a organizar o seu próprio serviço de inteligência, com o fito de vigiar os setores do exército suspeitos de “infidelidade”.

E havia mais um problema, que veio complicar a situação. Como já foi dito, a ditadura de Velasco era um mandato a prazo fixo, e o mecanismo previsto para designar o sucessor consistia, em princípio, em respeitar o resultado das eleições presidenciais que deviam ser levadas a cabo em junho de 1972. Só que o fantasma do populismo voltou a aparecer com toda a sua ambigüidade. Tratava-se, esta vez, do caudilho Asaad Bucaram, ex-prefeito de Guayaquil,

que já posava como o seguro vencedor dos futuros comícios e que, apesar de sua grande atração sobre as massas subproletárias e sobre a pequena burguesia, contava com a oposição de quase todas as forças políticas organizadas. A esquerda o detestava por causa dos seus traços fascistóides, pois não podia esquecer que, quando ele fora prefeito de Guayaquil, havia reprimido sangrentamente o movimento estudantil, recorrendo ao lumpemproletariado dos subúrbios. A direita não lhe perdoava os seus arranques plebeu-moralizantes, os quais, durante a administração municipal, se haviam concretizado em desplantes verbais contra a oligarquia, fiscalização intempestiva a tal ou qual empresa e cobrança rigorosa de impostos à burguesia. Enfim, a tecnoburocracia o via como um homem “honesto porém rústico e desorientado”, enquanto que o exército, ao qual certamente aqueles arranques não desagradavam, temia que Bucaram se convertesse em fator de desordem, já que, de algum modo a sua personalidade representava a irrupção de massas na vida política nacional (contra a oposição esquerda Bucaram se havia visto tentado a utilizá-las em sentido fascista e, contra a direita, em sentido populista).

Assim que, ao passo que um setor da burguesia tratava de chegar a algum tipo de entendimento com Bucaram, outro intentou desfazer-se dele, recorrendo à chicana de que este candidato não era equatoriano, mas árabe, tese essa da qual Velasco se apropriou, num desesperado esforço para manter-se no poder e, se possível, prolongar o próprio mandato. Na realidade, já se “via” vir o golpe de estado, conquanto não se soubesse, com exatidão, que modalidade específica adotaria. As contradições da burguesia, assim como a sua incapacidade e imoralidade administrativas se haviam acumulado até tal ponto, que a situação estava “madura” para que os militares aparecessem como salvadores do país, conquanto em muitos setores do país ainda estivesse latente a lembrança da ditadura de 1963-66.

Velasco Ibarra foi finalmente deposto em 15 de fevereiro de 1972, num dia de carnaval que parecia sublinhar ironicamente o desenlace dessa mascarada tragicômica de quarenta anos de velasquismo. Do seu exílio em Buenos Aires, o antigo caudilho assegurou ter sido derrubado por um grupo de “coroneizinhos inspirados em leituras de Lenin e Mao Tsé-Tung”, ao mesmo tempo que o novo chefe de estado, general Guillermo Rodríguez Lara, apressava-se a definir o seu próprio governo como uma expressão da classe média, “nacionalista” e “revolucionário”.

VII. PETRÓLEO E NACIONALISMO NA FASE ATUAL

Na realidade, a posição nacionalista que se cristaliza como linha política básica com o regime do general Rodríguez Lara (fevereiro de 1972 - janeiro de 1976) não adquire significado pleno senão sobre o pano de fundo das concessões outorgadas aos consórcios petrolíferos imperialistas a partir de 1964,

concessões que, segundo os cálculos do pesquisador equatoriano Jaime Galarza, representavam, em 1972, a alienação de mais de um terço do território total do Equador²⁸. E não se tratava só de um problema de extensão, eloqüente por si só, mas também da correspondente aceitação das condições mais lesivas que se possa imaginar para o país: direitos territoriais apenas simbólicos, regalias reduzidas ao mínimo, isenção aos consórcios, de todo tipo de tarifas aduaneiras e impostos, mecanismos de controle absolutamente ineficazes, nenhuma perspectiva de intervenção do estado na produção e na comercialização. Tal quadro se “completava” com a entrega de todo o golfo de Guayaquil às multinacionais, para a exploração do gás, mediante turvas negociadas, nas quais intervieram, perpetrando múltiplos delitos, os mais notórios membros da burguesia intermediária local²⁹.

Contra este setor, que não é mais do que a “vanguarda” da burguesia agro-mercantil que dominou secularmente o país e cujo projeto histórico se identificava com o “direito” de alienar o Equador não apenas ao melhor licitador, mas ao que maiores comissões ofereça à facção governante, emergiu no nosso cenário político a corrente nacionalista das forças armadas, a qual certamente não nasceu por geração espontânea na cabeça de alguns oficiais, mas que foi o reflexo (ambíguo, se se quiser, cortado por outro figurino, em todo caso) de uma árdua luta da esquerda equatoriana, que se viera expressando com força cada vez mais crescente na classe operária, no movimento estudantil, entre os intelectuais patriotas e inclusive ganhando terreno (embora destituída dos seus conteúdos mais radicais) entre setores relativamente amplos da tecnoburocracia. Recordemo-nos de que, já na crítica conjuntura de 1970, que culminou com o autogolpe de Velasco Ibarra e com o conseqüente triunfo dos grupos reacionários, foi baralhada, nos bastidores, a carta de uma “solução à peruana”, como então costumava ser denominada a alternativa nacionalista e antioligárquica.

Nesse projeto, que finalmente se impôs em 1972, refletindo-se, com ambiüidade e tudo, na *Filosofia e plano de ação do governo revolucionário e nacionalista do Equador*, onde se afirma, entre outras coisas, que o novo governo “realizará uma reforma agrária real e efetiva”, distribuindo a terra “às pessoas naturais que genuína e diretamente a trabalham”, que “fará todos os esforços que sejam necessários para eliminar a dependência do país nos aspectos econômico, político, social, cultural, militar e ideológico”.

Dentro deste marco “filosófico” se concentrará a política petrolífera nacionalista, que, sem dúvida, constituiu o aspecto mais positivo do regime de Rodríguez Lara. Com efeito, quase de imediato foram revisados os contratos com os consórcios petrolíferos e foi posta em marcha uma nova orientação na

28. Jaime Galarza, *El festín del petróleo*, 3ª ed., Quito, Ed. Universitaria, 1974.

29. Cf. a respeito Jaime Galarza, *Piratas en el golfo*, Quito, Ed. Solitierra, 1973.

matéria, que substancialmente se traduziu nos fatos seguintes: reversão, ao estado equatoriano, de mais de quatro milhões de hectares na região oriental; reversão dos campos hidrocarboníferos da Anglo Ecuadorian Oil no litoral; redução das concessões, de 40 para 20 anos; aquisição, por parte do estado, de 25 por cento dos direitos e ações da Texaco Gulf; resgate, também para o estado, de todas as explorações de gás; criação da Corporação Estatal Petrolífera Equatoriana (CEPE); construção de uma refinaria estatal na província de Esmeraldas; impulso à criação da Organização Latino-americana de Energia (OLADE); ingresso na OPEP (em junho de 1973).

Foi esta faceta progressista do governo que concitou o apoio da esquerda, a qual nem por isso deixou de assinalar as limitações do regime, na sua própria política nacionalista, nem de lutar a fim de que o processo atingisse etapas mais avançadas, ao mesmo tempo em que a oligarquia nativa e o imperialismo faziam tudo quanto era possível para freá-lo.

Com efeito, a oligarquia concentrou as suas baterias antigovernamentais em torno dos pontos básicos, posto que, de momento, lhe era difícil atacar frontalmente a política petrolífera: a) a prometida reforma agrária, que a todo o transe se tratava de mandar às calendas gregas, e b) a chamada “estatização” da economia, que, no seu aspecto substantivo, referia-se ao efetivo projeto de adaptar um forte setor capitalista de estado³⁰, e, no seu aspecto adjetivo, a medidas tais como a simples criação de lojas estatais (ENPROVIT) encarregados de vender artigos de primeira necessidade, a preços rebaixados³¹. Que a classe dominante equatoriana tenha vislumbrado, no corpo desta última medida, uma virtual “ante-sal” de comunismo, diz já tudo sobre o seu caráter retrógrado, inclusive como burguesia.

O imperialismo, por seu lado, não viu como bons olhos a política nacionalista do governo, e sobretudo a integração ativa do Equador na OPEP, uma organização que ele visivelmente buscava romper no seu elo mais frágil, o qual, por motivos diversos, vinha precisamente a ser o nosso país. A isto seria preciso acrescentar a firme defesa das 200 milhas de mar territorial, fonte permanente de conflito, assim como a expulsão da missão militar norte-americana do Equador.

Malgrado esta oposição, os anos de 1972 e 1973 caracterizam-se pela ascensão das posições nacionalistas, reforçadas, inclusive, pelo desprestígio no qual havia caído a oligarquia, cujas imoralidades e ações antipatrióticas se iam re-

30. Com uma *Área estatal* propriamente dita que compreendia: refinamento de petróleo, pesca, siderurgia integrada, elaboração de amoníaco e uréia; e uma área mista, na qual se incluíam: petroquímica, cimento, estaleiros, complexo madeira-papel, frigoríficos, plantas pasteurizadoras, nitrocelulose, soda cáustica, tratores de roda, motores diesel, chaves de ajuste, inseticidas e pesticidas, tubos de aço, fiação e galvanização de cobre, encanamentos metálicos.

31. O jornal *El Comercio*, de Quito, por exemplo, publicou mais de uma nota editorial criticando esta medida.

velando dia após dia. Mas nenhuma classe dominante é derrubada pelo seu simples desprestígio, e menos ainda aquela que conservava intatas as raízes do seu poder, concentradas no latifúndio e nas plantações, no volumoso capital comercial e bancário, no controle praticamente onímodo dos meios de comunicação coletiva e na influência que, através de tudo isto, exercia sobre os setores reacionários e até “centristas” do exército. O projeto nacionalista e antioligárquico distava, portanto, de se haver imposto, enquanto não cortasse pelo menos algumas dessas raízes, aplicando uma drástica reforma agrária e estatizando, no mínimo, os bancos e o comércio exterior.

Por isso, 1974 foi um ano politicamente crucial, que, de um lado, se caracterizou por uma tentativa de avanço da ala radical do governo e, de outro, por uma polarização das forças sociais, marcada tanto pelo endurecimento da oposição oligarco-imperialista como pela consolidação da classe operária na cena política.

Com efeito, durante o primeiro semestre deste ano, o setor progressista do governo intentou promulgar uma nova legislação agrária que, apesar das ambigüidades e vacilações com as quais a formulou o ministro de Agricultura, Guillermo Maldonado, parecia assinalar, pelo menos, os aspectos mais retrógrados da estrutura latifundiária equatoriana. Mas a mesma indecisão com que tal perspectiva foi delineada, deu estímulo a uma resposta agressiva da oligarquia, a qual terminou por declarar Maldonado como *persona non grata*, acusando-o de “traidor influenciado por ideologias estrangeiras que desvirtuam o caráter nacional do processo”. Ao aceitar a subsequente renúncia de Maldonado, após esta investida, o governo praticamente abandonou o ponto básico do seu programa antioligárquico, que de fato foi substituído por uma política de desenvolvimento “de cima para baixo” do capitalismo no campo. As cifras a esse respeito disponíveis são por demais eloqüentes: durante toda a administração de Rodríguez Lara, apenas 0,73 por cento das terras cultiváveis foram afetadas³², fato que constitui um triunfo retumbante da oligarquia.

Não obstante isto a ala progressista continuou combatendo noutra terreno, encabeçada pelo ministro de Recursos Naturais, Gustavo Jarrín Ampudia, artífice da política petrolífera nacionalista, o qual agora propôs que o Equador adquirisse 51 por cento dos direitos e ações da Texaco Gulf. Porém a sua proposta foi rechaçada e ele mesmo teve de renunciar em setembro de 1974. Foi o segundo grande triunfo das forças reacionárias, isto é, tanto do imperialismo como da oligarquia nativa aliada a ele, que já, a estas alturas, criticava desembuchadamente a política petrolífera “demasiado dura” do governo, argumentando que “afugentava” os investimentos estrangeiros.

32. Durante o triênio 1972-74 são distribuídos 50 mil 425 hectares em proveito de 5 mil 927 famílias camponesas.

Além disso, não deixa de ser significativo que estas vitórias da reação se produzissem num momento de inegável robustecimento do movimento operário, que havia realizado uma respeitável demonstração de força em primeiro de maio e dado passos fundamentais no caminho da sua unidade, com a derrota dos dirigentes “amarelos”* da CEOSL (central criada e, até tão manipulada pelo imperialismo) e o triunfo da corrente progressista na CEDOC (central de origem católica direitista), que, junto ao setor mais avançado da classe operária equatoriana, agrupado na CTE (de orientação marxista), constituirão, daí por diante, uma vigorosa frente.

Em lugar de apoiar-se nesta base social e avançar pelo menos no cumprimento do seu próprio programa, o governo de Rodríguez Lara preferiu ceder ante as pressões oligárquico-imperialistas, com o que somente conseguiu debilitar-se. O discreto exílio dos ex-ministros Maldonado e Jarrín, os quais partiram para a Europa, cada um com diferente missão diplomática, não foi senão o símbolo do exílio da ala mais conseqüente com a filosofia inicial do regime, que ficava, agora, entregue a uma correlação de forças que lhe seria cada vez mais desfavorável.

Com efeito, as concessões que acabam de ser feitas estiveram longe de aplacar a reação. Inscritas na dialética de uma política tipicamente pequeno-burguesa, a qual, apesar de haver dado tais passos, não deixava de reafirmar a sua vocação “nacionalista e revolucionária”, essas mesmas concessões adquiriam aparências (ainda que falsas) de uma simples retirada tática. Em todo o caso, a oligarquia não cessou de esgrimir o fantasma da “forte influência comunista no governo”, ao passo que o imperialismo, consciente da debilidade do regime, decidiu passar abertamente à ofensiva.

Pouco depois da queda de Jarrín Ampudia, a Texaco Gulf iniciou um boicote da produção e exportação de petróleo, o que, durante o último semestre de 1974, causou ao estado equatoriano uma perda de mais de 100 milhões de dólares, e de uma magnitude similar no primeiro trimestre de 1975. Somente em abril desse ano o governo buscou restabelecer a sua autoridade, fixando uma cota mínima de exportação, medida a que a Texaco respondeu com uma suspensão quase completa da extração de petróleo, a qual se prolongou por quase dois meses, até que o governo cedeu à chantagem, reduzindo em 43 centavos de dólar o preço do barril de óleo cru. O mínimo que se pode dizer é que o processo nacionalista estava entrando em uma fase de congelamento.

Em meio a tudo isso, a situação econômica do país apresentava sintomas de evidente deterioração, especialmente no campo, onde a contradição entre a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, de um lado, e as arcaicas relações de produção, de outra, traduziu-se por uma verdadeira crise.

* “Amarelos”: De conduta sinuosa, em política. (N. do T.)

A produção real *per capita* diminuiu em cerca de 9 por cento, entre 1970 e 1973, e nesse nível se manteve em 1974, sem que a “injeção” petrolífera produzisse estímulo nenhum nesse campo. Pelo contrário, o *boom* do petróleo nada mais fez do que propiciar a drenagem de capital do campo para as cidades, onde o desenvolvimento de atividades como a construção, com a qual se especulava abertamente, não deixava de ser atraentes.

É certo que o governo tentou resolver o problema destinando fortes somas ao fomento agropecuário, fim para o qual o crédito foi incrementado em mais de 700 por cento, ao passar de 27 milhões de dólares em 1972 para 162 milhões em 1975; mas nem isto foi suficiente para escorar a estrutura em crise. Milhares de toneladas de adubos químicos que terminaram por deteriorar-se nos depósitos do Banco de Fomento, ante o desinteresse dos latifundiários, não foram mais que o sinal do fracasso de uma política baseada na ilusão tecnocrática de que é possível “avalizar” uma estrutura que, na realidade esteja, isto sim, requerendo uma profunda transformação.

Este estrepitoso fracasso da política agrária do governo teve algumas conseqüências graves que é mister destacar.

Em primeiro lugar, foi preciso recorrer às divisas provenientes do petróleo, para importar alimentos: em 1973, por exemplo, tais importações foram incrementadas em 46 por cento, com relação à média do período 1970/1972.

Em segundo lugar, os preços dos víveres elevaram-se num ritmo bastante acelerado, superior, em todo o caso, à elevação do índice geral de preços ao consumidor que, no lapso de dois anos, 1973 e 1974, incrementou-se em cerca de 50 por cento.

Em terceiro lugar, as migrações de camponeses para as cidades aceleraram-se notavelmente, contribuindo para o crescimento dos famosos “cinturões de miséria”.

Por último, os próprios latifundiários aproveitaram esta situação para hostilizar o governo, acusando-o de todos os males, por não impor um “clima de confiança” no campo; isto é, por não responder com uma repressão em grande escala ao mal-estar crescente dos camponeses.

Nas cidades, além do mais, a situação distava muito de ser próspera para as grandes massas populares. A elevação do custo de vida, já assinalada, que não foi compensada por um equivalente aumento de salários, não fez mais do que depauperar aquelas massas, do mesmo modo que o êxodo de camponeses não deixou de incrementar a desocupação e o subemprego, que, na atualidade, parecem situar-se ao redor de 10 e 40 por cento, respectivamente³³.

E a quimera do petróleo não se manifestou unicamente nesse acúmulo de contradições, mas traduziu-se, além disso, por uma delicada situação financeiri-

33. O BID afirma que para o Equador “o desemprego foi calculado entre 8 a 10 por cento e o subemprego, várias vezes multiplicada esta cifra”.

ra, determinada não somente pelos fatores já analisados (boicote por parte da Texaco e necessidade de dedicar fortes somas à compra de alimentos no exterior), porém igualmente por outras causas, como a desmedida importação de artigos suntuários ou a incremento, igualmente desmedido, do aparato burocrático (150 mil “servidores públicos” frente a uns 60 mil operários de indústria).

O fato é que, ao terminar o primeiro semestre de 1975, o balanço comercial do Equador registrava um déficit de 160 milhões de dólares, coisa que não deixou de repercutir no próprio orçamento do estado, que, em agosto daquele ano, estava já a descoberto em mais de 50 milhões de dólares. Este foi o antecedente que decidiu o governo a promulgar o famoso decreto 738, que estabelecia um gravame de 60 por cento sobre as importações de bens não essenciais, medida com a qual a tecnocracia esperava, outrossim, matar dois pássaros com um só tiro: de uma parte, sanear a situação fiscal; de outra, impulsionar a “burguesia nacional” para uma rápida “substituição de importações”. O próprio ministro de Finanças assegurou que as suas medidas constituíam “um verdadeiro desafio para a indústria, para a produção nacional e para o esforço equatoriano”.

Só que, no momento da verdade, essa “burguesia nacional” não apareceu de nenhum lado, para não ser confundida com o bloco oligárquico inteiro, o qual, mais do que a derrogação do decreto em questão, pedia abertamente a cabeça do governo. E ocorria que, fora da imaginação de alguns tecnocratas, a única coisa que existia era uma burguesia industrial raquítica que, como cão de verdureiro, era tão capaz de impulsionar a industrialização do país como se resignar a que o estado assumisse esta tarefa; e que, ávida de perceber pelo menos algum dividendo no *affaire*, havia comprometido já, desde outubro de 1974, todo o seu apoio à SOFOFA chilena³⁴, para a campanha em prol da modificação da Decisão 24 do Pacto Andino; isto é, o apoio para que a indústria, os bancos e as companhias de seguro da região terminassem de entregar-se, sem restrição alguma, ao capital imperialista.

A expedição do decreto 738 não teve, portanto, outro efeito político senão o de desencadear toda a fúria oligárquica contra o governo, ao qual se reprovava tanto pela aplicação de uma “absurda política petrolífera como pela imposição de uma “estatização” da economia, passando pelo “afungentamento” do capital estrangeiro e pela “semeadura do caos” no campo, com a sua seqüela de encarecimento dos víveres, etc. Para remediar isto, a oligarquia exigia um imediato retorno à “ordem constitucional”, tarefa que ela intentou acelerar mediante o abortado golpe fascista de 1º de setembro, cuja natureza ficou revelada com o exílio do chefe golpista na embaixada de Pinochet em Quito e avalizada com a declaração que Galo Plaza formulara poucos dias depois,

34. Cf. as declarações de Enrique Burgos, gerente de relações industriais da SOFOFA, publicadas em *El Mercurio de Santiago*, de 1º de novembro de 1974.

no sentido de que “os golpes de estado são inevitáveis, porque têm servido para evitar o caos em que caíram os nossos povos”³⁵.

O sufocamento desta rebelião, por parte das forças leais a Rodríguez Lara, não significou, todavia, uma efetiva vitória política das tendências progressistas. A simples revisão da análise realizada pela imprensa de direita, acerca do gabinete formado depois de 1º de setembro, diz tudo sobre a situação: o fogaço ministro das Finanças é descrito como “um homem da empresa privada, por sua formação”, que “demonstrou capacidade no seu desempenho como presidente da junta monetária”; “a tônica a esperar” do novo ministro de Recursos Naturais, dados os seus antecedentes, “é divergente da adotada por Jarrín Ampudia, arquiteto da política petrolífera atual”; e quanto ao presidente da junta nacional de planificação, “parece provável ... que a tal órgão imprima uma eficiência maior, menos tingida de ideologias esquerdistas”³⁶.

Com efeito, a influência do primeiro determinou que, no decorrer dos fatos, fosse deixada sem vigência a decisão 24 do Pacto Andino, enquanto que o segundo estimou prudente elevar em só 40 centavos de dólar o preço do barril de petróleo, sendo que, de acordo com a última resolução da OPEP, o Equador devia aumentá-lo em mais de um dólar. Quanto ao decreto 738, imediato quartelão da discórdia, foi ele praticamente derogado mediante uma sutil redefinição dos bens “essenciais” e “não essenciais”.

Mas nada disto serviu para reduzir a arremetida oligárquico-imperialista. O próprio julgamento dos implicados no *putsch* de setembro converteu-se em uma gigantesca mascarada, na qual se tornava realmente impossível saber quem se fazia de acusado e quem de juiz. Para preparar adequadamente o palco, a revista *Vistazo*, que é a publicação mais importante da burguesia equatoriana, acabava de zombar do governo, num editorial intitulado “Militares ‘reacionários’ abriram novos roteiros ao porvir do Equador”, acompanhado de uma fotografia de Rodríguez Lara emoldurada entre foices e martelos³⁷.

Vinha-se, pois, cumprindo ao pé da letra a advertência que as centrais operárias fizeram ao governo, nos dias da intentona golpista, resumida, por exemplo, nesta consideração da CEDOC:

“Quando tomaram o poder, as forças armadas definiram um programa nacionalista e antioligárquico. Entretanto, diante das pressões dos supostos afetados, elas iniciam uma marcha à ré, cedendo em inúmeros casos. Esta debilidade do governo, perante a oligarquia e o imperialismo, em vez de fortalecê-lo, tornou-o mais vulnerável. Agora, a oligarquia, apesar de tudo, descontente, pela ênfase dada à atividade industrial, busca um governo completamente

35. Declarações ao jornal *Excelsior*, da capital do México, de 7 de outubro de 1975.

36. Cf. “*Los recién llegados*”, na revista *Vistazo*, de Guayaquil, núm. 221, de outubro de 1975, p. 5.

37. Número cit., p. 9.

seu, tratando de, para isso, manipular não só grupos militares, mas, inclusive, setores populares”³⁸.

É certo que, com todas as suas debilidades e vacilações, o regime de Rodríguez Lara não era, para a oligarquia, um governo “completamente dela”. Porém menos ainda o era para a classe operária. Esta apoiava as medidas progressistas que haviam sido arbitradas, na fase inicial, especialmente, as quais, não por casualidade, eram as mesmas que a classe dominante impugnava; mas com razão os trabalhadores estavam, antes de tudo, zelosos da sua independência frente ao governo, do qual exigiam a derrogação de todas as medidas antioperárias; uma elevação de soldos e salários que, pelo menos, compensasse a evidente pauperização das massas; a efetiva aplicação da reforma agrária; a total nacionalização do petróleo, da indústria elétrica, do comércio exterior e dos sistemas de distribuição dos artigos de primeira necessidade. Em arrimo destes pontos, que constituíram o programa mínimo comum das três centrais sindicais, realizou-se a greve geral de 13 de novembro, da qual participou cerca de meio milhão de trabalhadores, como também as marchas camponesas de dezembro, às quais o presidente foi convidado a assistir, honraria da qual declinou, para não piorar as suas relações com a oligarquia³⁹.

Essa “prudência” de nada lhe serviu. A classe dominante havia feito de Rodríguez Lara o bode expiatório, e a remoção dele se impunha, para devolver uma certa “tranquilidade” ao país, agora convulsionado por uma suspensão de atividades dos transportadores, a qual não deixava de recordar o outubro chileno de 1972. O general Rodríguez foi deposto em 11 de janeiro, fato com o qual se encerrava, se não a etapa iniciada quatro anos antes, pelo menos um capítulo importante dela. O triunvirato que acabava de assumir o governo fazia-o, em todo o caso, em condições precárias; já não como portador de um projeto nacionalista e antioligárquico, porém, de modo melhor, como encarregado de preparar o retorno à “ordem constitucional”.

O Equador de 1976 não é, entretanto, o Equador de um quinquênio atrás. Fracassada quanto às suas metas mais radicais, a experiência nacionalista de Rodríguez Lara deixa, pelo menos, dois elementos novos, intimamente entrelaçados: uma base industrial que antes não existia (especialmente um setor capitalista de estado) e um estado relativamente robusto, em redor do qual criou-se um montão de interesses burocrático-militares, que são os que, no topo, sustentem, ainda que já debilitado, o projeto nacionalista. Malgrado todos os retrocessos e vacilações, a política petrolífera que servira de base a esse projeto

38. Manifesto de 3 de setembro de 1975.

39. Estas marchas apoiavam especialmente a aplicação do art. 25 da lei de reforma agrária, que prescreve a afetação dos prédios que não estejam sendo cultivados em pelo menos 80 por cento, em janeiro de 1976. Até ao último momento do seu mandato, Rodríguez Lara prometeu aplicar este artigo, o qual, a rigor, afetaria a maior parte dos latifúndios atuais.

mente desmantelada, tanto quanto não o foi, tampouco, o empenho de desenvolver um capitalismo estatal.

Dentro destas novas coordenadas, a própria hegemonia política da oligarquia aparece rachada, como o demonstra o seu próprio jogo indeciso em um terreno duplo: o das forças armadas, as quais trata de envolver numa via fascista, sem achar resposta mais além do que em algumas franjas de margem; e o da população civil, que ela tenta atrelar ao carro aparentemente “constitucionalista”, sem encontrar tampouco ecos significativos.

E aqui intervém um último fator, o qual é, sem dúvida, o mais importante na conjuntura atual: a presença do proletariado na cena política nacional, com uma envergadura, uma organização, um grau de consciência e unidade antes inexistentes.

Nestas condições, o próprio retorno à “ordem constitucional” que o triunvirato inicialmente prometera torna-se problemático. As próprias forças armadas parecem indecisas, para não dizer divididas, por causa do recente “auscultamento” de opiniões em que se defrontaram, de um parte, uma perspectiva oligárquica que nem sequer chegou a apresentar-se como projeto de desenvolvimento (obviamente não é possível formular de maneira explícita um projeto que não consiste senão em alienar o país ao capital estrangeiro e auferir os subsequentes dividendos) e, de outra parte, um programa mínimo popular que arranca os militares do seu ponto de espera, para que pelo menos cumpram com os lineamentos da “filosofia e plano de ação” que eles mesmos esboçaram em 1972.

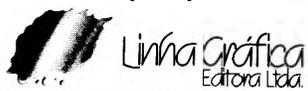
Com isto, o nacionalismo pequeno-burguês segue preso à rede das suas próprias contradições, as quais, naturalmente, não se podem ir resolvendo senão no cenário da luta de classes, segundo a amplitude e a orientação que esta adquira.

VIII. BIBLIOGRAFIA

- Abornoz, Oswaldo, *Historia de la acción clerical en el Ecuador*, Quito, Ed. Espejo, 1963.
- _____, *Del crimen de El Ejido a la revolución del 9 de julio de 1925*, Guayaquil, Ed. Claridad, 1969.
- Arcos, Gualberto, *Años de oprobio*, Quito, Imp. Fernández, 1940.
- Carbo, Luis Alberto, *Historia monetaria y cambiaria del Ecuador*, Quito, Imp. del Banco Central, 1953.
- CEPAL, *El desarrollo económico del Ecuador*, 1953.
- Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola, *Tenencia de la tierra y desarrollo socioeconómico del sector agrícola: Ecuador*, Washington, D.C., Unión Panamericana, 1965.
- Costales Samiego, Alfredo, *Estadísticas de sangre*, revista *Panoramas*, México, novembro-dezembro de 1965.
- Cueva, Agustín, *El proceso de dominación política en el Ecuador*, México, Ed. Diógenes S.A., 1974.
- El gobierno del señor Galo Plaza*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1952.
- El 28 de mayo, balance de una revolución popular. Documentos para la historia*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1946.
- Galarza, Jaime, *El festín del Petróleo*, Quito. Ed. Universitaria, 1974.

- Hurtado, Oswaldo, *Ecuador: dos mundos superpuestos. Ensayo de diagnóstico de la realidad ecuatoriana*, OFFSETEC, Quito, 1969.
- Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Central, *Visión del Ecuador* Quito, 1974.
- Instituto Nacional de Estadística, *Serie estadística 1967-1972*, Quito, 1974.
- Junta Nacional de Planificación y Coordinación, *El desarrollo del Ecuador*, Quito, 1969.
- Llerena, José Alfredo, *Frustración política en veintidós años*, Quito, Ed. Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1959.
- Navarro, Guillermo, *La concentración de capitales en el Ecuador*, Quito, Ed. Escuela de Sociología, Universidad Central, 1975.
- Origen, tradición y lucha del Partido Socialista Revolucionario Ecuatoriano*, revista *Teoría y acción socialistas*, Quito, janeiro-fevereiro de 1969.
- Pareja Diezcanseco, Alfredo, *Historia del Ecuador*, 2ª ed., Quito, Casa de la Cultura Ecuatoriana, 1958.
- _____, *La lucha por la democracia en el Ecuador*, Quito, Ed. Rumiñahui, 1956.
- Reyes, Óscar Efrén, *Breve historia general del Ecuador*, 6ª ed., Quito, Ed. Fray Jodoco Ricke, 1960.
- _____, *Los últimos siete años*, Quito, Talleres Gráficos Nacionales, 1933.
- Saad, Pedro, *La CTE y su papel histórico*, Guayaquil, Ed. Claridad, sem data.
- Varios autores, *Ecuador: pasado y presente*, Quito, Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad Central del Ecuador, Ed. Universitaria, 1975.
- Vicuña Izquierdo, Leonardo, *La clase trabajadora del Ecuador (características y condiciones de vida)*, Departamento de Publicaciones de la Universidad de Guayaquil, 1975.

Impresso por



SIG Q R LOTES 2327-33 CEP 70610-115 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

VOLUMES JÁ EDITADOS

VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
 - Nicarágua
 - Costa Rica
 - Panamá
 - México
 - Guatemala
 - Honduras
 - Cuba
 - República Dominicana
 - Haiti
 - Porto Rico
-

AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA
COLÔMBIA
EQUADOR
PERU
VENEZUELA

“A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas.” Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X